



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**MAYSA DA MATA SILVEIRA**

**POSSIBILIDADES DE ENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ATRAVÉS DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:  
A EXPERIÊNCIA DA REDE DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E LOCAIS  
“RAÍZES DA MATA”**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2013

**MAYSA DA MATA SILVEIRA**

**POSSIBILIDADES DE ENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ATRAVÉS DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:  
A EXPERIÊNCIA DA REDE DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E LOCAIS  
“RAÍZES DA MATA”**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação  
em Geografia da Universidade Federal de Viçosa  
como parte dos requisitos para obtenção do título  
de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Lídia Lúcia Antongiovanni

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2013

**MAYSA DA MATA SILVEIRA**

**POSSIBILIDADES DE ENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ATRAVÉS DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:  
A EXPERIÊNCIA DA REDE DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E LOCAIS  
“RAÍZES DA MATA”**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Lídia Lúcia Antongiovanni – DGE/UFV  
(Orientadora)

---

Márcio Gomes da Silva  
(Mestre em Extensão Rural pela UFV)

---

Nina Zamagno Pinheiro – DGE/UFV

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais pelo amor, apoio e confiança, sempre bons exemplos para mim.

Aos meus queridos irmãos, Gustavo e Mariana e aos familiares pelo carinho e pela atenção. Agradeço ao Júlio, companheiro de todas as horas, pela aprendizagem conjunta nesses anos.

Aos meus irmãos de república Rafa e Terra, pela amizade, compreensão e paciência, e também àqueles que passaram deixando boas lembranças.

Aos meus grandes amigos de São Tiago: amizades preciosas!

À energia e animação dos companheiros do grupo de almoço e a nossa mãezona Cida.

Ao axé da família Tribo do Morro!

Ao pessoal do Observaterra, pelos debates enriquecedores, e ao grupo Trabalho e Alternâncias Educativas pelas grandes contribuições e oportunidade de conhecer um pouco mais o trabalho das Escolas Família Agrícola e da Zona da Mata mineira.

À professora Lídia e Marcinho pelas conversas e orientações neste estudo.

Sou imensamente grata a todos os envolvidos na Rede Raízes da Mata pelas “portas abertas” e pela possibilidade de envolver-me nesse processo. À família de Dona Sônia pelo exemplo de motivação e trabalho.

*“A ideia de movimento é inerente à evolução da humanidade” (Milton Santos).*

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto de discussões proporcionadas pelas disciplinas cursadas ao longo do curso de Geografia, dos debates enriquecedores vivenciados em grupos de estudo, de projetos e programas que proporcionaram a crítica e a discussão sobre a realidade, bem como a possibilidade do contato com experiências de novas propostas de desenvolvimento, vividas no âmbito da Zona da Mata mineira.

Entre esses espaços de formação, que me fizeram vislumbrar a força de novas propostas de desenvolvimento, destaco o atual envolvimento com os grupos Trabalho e Alternâncias Educativas<sup>1</sup> e Observaterra<sup>2</sup>, que propiciaram debates sobre Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, sobre desenvolvimento e território, permitindo reflexões a cerca da realidade e trabalhos na região.

Grande motivação, também, para a temática abordada neste trabalho é a aproximação mais recente com o movimento agroecológico<sup>3</sup> da Zona da Mata mineira, possibilitando o contato com experiências de famílias agricultoras, grupos e organizações que trabalham os princípios da Agroecologia na região.

Acrescento, aos fatores que influenciaram a temática do estudo, o vínculo da minha família com a atividade agropecuária, o que me permitiu analisar processos análogos às questões de desenvolvimento e agricultura familiar nesta outra realidade.

Acredito que essas vivências me possibilitaram, um olhar mais atencioso sobre o mundo, sobretudo sobre o lugar onde vivemos, e de tal modo me levaram a crer que todos somos atores potenciais no processo de desenvolvimento de novas formas de sentir, fazer e pensar um mundo mais justo e um desenvolvimento mais equilibrado.

---

<sup>1</sup>*Programa de Extensão Universitária que trabalha os temas da Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância e o trabalho como princípio educativo em parceria com as Escolas Famílias Agrícolas da Zona da Mata mineira e AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas.*

<sup>2</sup>*Grupo de trabalho que tem como proposta criar diálogos sobre os (des)envolvimentos territoriais e suas formas de re(existência) ao paradigma hegemônico global, no campo e na cidade.*

<sup>3</sup>*Chamo aqui de movimento agroecológico uma diversidade de programas, projetos, grupos e atividades desenvolvidas na região que tem a Agroecologia como princípio e proposta de envolvimento social.*

## RESUMO

Os circuitos curtos de comercialização se configuram como opção estratégica para a agricultura familiar diante da desregulamentação e globalização dos mercados, dominados por atores transnacionais. Estes circuitos, ou redes locais/regionais, pautam-se na realocação dos sistemas agroalimentares, redefinindo os vínculos da produção, distribuição e consumo com o entorno socioambiental.

Busca-se mostrar através da experiência da Rede Agroecológica de Prosumidores “Raízes da Mata” uma estratégia para a comercialização dos produtos da agricultura familiar em transição agroecológica, no contexto da zona da mata mineira.

A Rede “Raízes da Mata” é uma rede solidária de consumo consciente e distribuição de produtos agroecológicos e locais, que funciona desde setembro de 2011 nas dependências da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Fruto da parceria entre projetos e programas de extensão universitária da UFV, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-ZM) e do Centro de Tecnologias Alternativas da zona da mata (CTA-ZM), insere-se no projeto “Cidades em Transição” que busca articular e incentivar ações que visem à transição agroecológica, para o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões.

São comercializados semanalmente, hortifrutigranjeiros agroecológicos, produtos de empreendimentos solidários processados artesanalmente, artesanatos, cosméticos, fitoterápicos e produtos de limpeza ecológicos.

O acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Rede, que envolvem a comercialização dos produtos, visitas às propriedades das famílias agricultoras através dos Intercâmbios de Interação Agroecológica, oficinas e seminários de planejamento e avaliação, permitiram compreender os mecanismos de funcionamento, princípios, objetivos e desafios, além de possibilitar a aproximação com os atores envolvidos no processo de consolidação e expansão da Rede na região.

Conectando a produção a demanda de forma direta, tem possibilitado a diversificação da renda familiar, agregação de valor por meio do beneficiamento dos produtos, maior autonomia e participação dos agricultores e agricultoras, favorecendo a

aprendizagem coletiva, incentivando a diversificação das unidades produtivas e maior integração entre produtores e consumidores.

Ao agregar as dimensões políticas, sociais e culturais às relações comerciais, essas redes locais incentivam o consumo como ato político, com vistas à sustentabilidade dos processos produtivos, demonstrando potencial para uma transformação organizacional e produtiva dos sistemas agroalimentares, com capacidade para disponibilizar a população local produtos saudáveis e a preços acessíveis.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2. PROPOSTA METODOLÓGICA .....	11
3. DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	13
3.1 Para entender o desenvolvimento como discurso .....	13
3.2 Agricultura Familiar no contexto brasileiro.....	16
3.3 Tendências a partir de 1990 .....	20
4. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO.....	24
4.1 Relocalizando os sistemas agroalimentares: Os circuitos curtos de comercialização.....	28
5. RAÍZES DA MATA: INTEGRANDO PRODUTORES E CONSUMIDORES ATRAVÉS DA REDE DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E LOCAIS .....	35
5.1 O contexto da Zona da Mata mineira.....	35
5.2 O processo de territorialização da Rede Raízes da Mata.....	38
5.3 Enraizando a Agroecologia através dos circuitos curtos de comercialização: A experiência da Rede Raízes da Mata .....	44
5.4 A família de Dona Sônia e Seu Mauro: Atores na construção da agroecologia na Zona da Mata mineira .....	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

## INTRODUÇÃO

A ciência e a técnica a serviço do capital nos mostram o lado perverso e opressor da globalização no mundo moderno-colonial, onde se criam mitos e discursos como do desenvolvimento, fortemente influenciados por ideologias dominantes.

Diante de um cenário de crise mundial que vem se configurando ao longo das últimas décadas, a década de 1990 é marcada por uma retomada da temática ambiental, acompanhada de preocupações quanto à garantia de modelos mais sustentáveis de desenvolvimento, como crítica ao modelo urbano-industrial e a cultura hegemônica globalizada sob a égide do capital.

Num momento em que se soma a este o debate sobre a segurança e soberania alimentar da população mundial e os efeitos perversos dos padrões de produção, consumo e distribuição dos alimentos, difundidos pela lógica modernizante da Revolução Verde e do mercado global, tem-se a emergência e afirmação no contexto brasileiro, da Agricultura Familiar como nova categoria síntese incorporada pelos movimentos sociais do campo, abrindo nesta, várias classes de trabalhadores rurais aliadas do processo de modernização.

A efervescência das manifestações políticas e das pressões, quanto à necessidade de envolver essa categoria em políticas públicas específicas, geram impactos sociais e políticos no cenário brasileiro que podem ser evidenciados na criação de políticas públicas pelo Estado. É a partir dessa abertura que novas experiências de desenvolvimento tomam fôlego e se expandem a cada dia, em parcerias estabelecidas entre ONGs, instituições de ensino, pesquisa e extensão, sociedade e principalmente a partir do desejo de mudança e mobilização de agricultores e agricultoras na proposta de (re)descobrir a prática (agro)ecológica.

Temos dessa forma uma reorientação dos debates acadêmicos e o despertar de uma Ciência mais engajada na construção de um desenvolvimento mais equilibrado ambiental e socialmente.

Na Zona da Mata mineira este movimento, influenciado pelos debates e iniciativas de organização em âmbito mundial, surge a partir de meados dos anos 1980 quando da criação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, que impulsiona a

mobilização de pesquisadores, técnicos, estudantes e famílias agricultoras da região na proposta de construir o conhecimento e a práxis agroecológica.

Este trabalho pretende explorar essas novas formas de se pensar o desenvolvimento a partir da produção, distribuição e consumo sustentáveis por meio da prática agroecológica, da agricultura familiar, pensadas através das propostas de realocização dos sistemas agroalimentares e das estratégias de inserção no mercado através dos circuitos curtos de comercialização. De tal maneira, buscamos mostrar através da experiência da Rede Raízes da Mata uma estratégia para a comercialização dos produtos da agricultura familiar em transição agroecológica no contexto da Zona da Mata mineira.

## 2. PROPOSTA METODOLÓGICA

A proposta deste estudo começa a se desenvolver a partir das discussões da disciplina Agricultura Familiar acerca dos desafios para o fortalecimento da agricultura familiar na atualidade. Como parte das avaliações de tal disciplina, apresentei um trabalho que buscou abordar as possibilidades e estratégias da agricultura familiar para um desenvolvimento rural sustentável nas suas várias dimensões, a partir dos “Circuitos curtos de comercialização” e da experiência da Rede de distribuição de produtos agroecológicos e locais de Viçosa.

No desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma entrevista com duas estudantes dos grupos de Agroecologia da UFV envolvidas no processo de criação da “Rede”, com objetivo de relatar essa experiência de comercialização de produtos locais da agricultura familiar em transição agroecológica.

Organizamos uma visita com a turma da disciplina, à Casa da Transição, na Universidade Federal de Viçosa, onde acontece a distribuição dos produtos, e com o objetivo de divulgar a experiência da “Rede” conversamos com uma das estudantes entrevistadas, sobre Agroecologia, redes locais de consumo consciente, e a configuração dessas redes como possibilidade de inserção da agricultura familiar em mercados alternativos, proporcionando o aumento da renda das famílias e promovendo autonomia produtiva através dos princípios da Agroecologia.

Naquele momento a “Rede” funcionava há poucos meses, esse contato inicial com algumas atividades desenvolvidas, e também por já consumir alguns produtos comercializados no local, motivou o interesse em dar continuidade ao envolvimento e desenvolver esse trabalho.

Desta forma a temática dos circuitos curtos de comercialização, sob a proposta de realocação dos sistemas agroalimentares e do consumo consciente, orientou o levantamento bibliográfico e as discussões propostas para a monografia, culminando no projeto de ampliar o trabalho então realizado na disciplina Agricultura Familiar, a partir também dos olhares sobre os processos de desenvolvimento e discussões permeadas pelos debates do grupo Observaterra.

A revisão bibliográfica buscou traçar um paralelo sobre a questão da agricultura familiar num contexto mundial de crise, tecendo mais considerações sobre a realidade brasileira, apontando mudanças e tendências a partir dos anos de 1990.

Nesse contexto, pretendeu-se lançar um olhar sobre as mudanças que vem passando a agricultura familiar por meio de experiências de organização de novas alternativas para o desenvolvimento, através de mudanças no sistema produtivo e nas relações com os mercados.

Incorporou-se nessa discussão, o debate acerca das possibilidades da agricultura familiar, da agroecologia, e de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento que se fortalecem em escala mundial, principalmente, a partir de iniciativas no âmbito dos territórios. Iniciativas estas que apontam para novos modelos de produção, consumo e distribuição de alimentos, a partir da construção de redes alternativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar pautadas nos princípios da Economia Solidária e da Agroecologia.

O acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Rede objetivou compreender seu funcionamento, bem como os mecanismos, e os atores envolvidos nesse processo. Identificando também seus avanços, desde a criação, limites e desafios para se consolidar como um canal de comercialização que garanta estabilidade as famílias envolvidas no fornecimento de produtos, e também para a expansão desta como possibilidade de envolver nesse processo um maior número de beneficiados.

Neste período de envolvimento nas atividades, foi possível colaborar trabalhando como voluntária no recebimento e distribuição dos produtos, além de participar do Seminário de Avaliação e Planejamento realizado pela equipe da Rede e do segundo intercâmbio realizado na propriedade de uma das famílias fornecedora de produtos, entre outras ações articuladas a partir do movimento agroecológico na região.

Desta forma, as análises foram feitas a partir desses momentos, de observações, de contato, conversas informais e entrevistas com estudantes e participantes dos grupos envolvidos no funcionamento da Rede, prosumidores e fornecedores dos produtos comercializados.

Realizou-se também uma pesquisa documental a materiais que relatam experiências da Rede Raízes da Mata: jornais informativos, cartilhas, material de divulgação, e projetos que envolvem a rede. Esta pesquisa permitiu analisar o processo de territorialização da Rede no contexto da Zona da Mata mineira, assim como as propostas e perspectivas, quanto a sua consolidação como uma possibilidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar no processo de transição agroecológica, difusão dos princípios da Agroecologia e fortalecimento do movimento agroecológico na UFV e na região.

### **3. DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR**

Neste capítulo pretende-se discutir noções de desenvolvimento e território temáticas recorrentes quando se pretende analisar as políticas públicas e de desenvolvimento rural em que se insere a agricultura familiar no Brasil num contexto de globalização neoliberal.

#### **3.1 Para entender o desenvolvimento como discurso**

*No mundo de hoje, o discurso antecede quase que obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder (SANTOS, 2010; p.39).*

De acordo com Porto-Gonçalves (2012), a partir de 1960 passamos a viver um novo período histórico: a Globalização Neoliberal ou período técnico-científico-informacional, segundo Santos (2010). Esse novo período caracteriza-se por uma verdadeira “revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, particularmente no campo das comunicações” possibilitando a “imposição de um mesmo discurso em escala planetária com o estabelecimento de um verdadeiro oligopólio mundial das fontes emissoras de comunicação” (PORTO-GONÇALVES, 2012; p.14).

“Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, a informação e seu império, a serviço do capital e fundada na monetarização e economização da vida, nos impõem um mundo de fabulações, alicerçada na produção de imagens e do imaginário, a partir da consagração de um discurso único (SANTOS, 2010; p.17).

A globalização vista muitas vezes como sinônimo de encurtamento das distâncias e capaz de promover a democratização da informação, na verdade tem gerado múltiplas formas de dependências: econômica, técnica e cultural (SANTOS, 2009).

No fim do século XX o avanço das ciências e a criação de um sistema de técnicas, mobilizada por atores hegemônicos e presididas por sua vez pela informação permitiu a difusão destes sistemas no mundo. Desta forma, a produção é fragmentada tecnicamente, e em vários lugares, havendo, no entanto, uma unidade política no comando (SANTOS, 2010).

Podemos de tal forma, conceber o desenvolvimento, como um discurso ideológico de poder de uma hegemonia que protege e legitima estruturas do poder político-econômico, enraizando-se no imaginário social (PEET, 2007).

Assim, o discurso desenvolvimentista consolida-se pregando a importância da modernização para romper com relações arcaicas, viabilizada pela industrialização e pautada no desenvolvimento material como garantia do progresso social, cultural e político (ESCOBAR 1998 *apud* GÓMEZ, 2007). Dessa forma, o desenvolvimento incorpora em seu discurso a solução para todos os problemas que assolam o mundo.

*O desenvolvimento, portanto, se constrói, se teoriza e se implementa através de uma rede que inclui variáveis macroeconômicas, questões culturais, participação de certas instituições e, sobretudo, através das relações que se estabelecem entre todos esses elementos (GÓMEZ, 2007;p.43).*

Gómez (2007) ainda ressalta que, o desenvolvimento modela-se de acordo com o momento, apresentando-se como “instrumento racional-científico-competente-eficaz para promover o progresso social em todos os âmbitos (...) e em todas as latitudes” (p.44).

A ciência e a técnica, por sua vez, se constituíram como verdades inquestionáveis, desqualificando outros saberes e conhecimentos. Porto-Gonçalves, (2012) diz que vivemos sob um tecnocentrismo, acreditando que “a técnica, enquanto algo que deriva da capacidade criadora do homem, como mediadora da nossa relação com a natureza, é o centro em torno do qual giraria o progresso da humanidade” (p.76).

No entanto, é importante ressaltar que essas técnicas carregam consigo as relações sociais e de poder contraditórias da sociedade moderno-colonial.

No que tange a agricultura científica globalizada, o discurso do desenvolvimento implica uma obediência aos mandamentos científicos e técnicos que regem desde o que, e como produzir, ao processo de comercialização no mercado global, provocando uma alienação do território.

É sob este discurso que “organismos financeiros internacionais impõem políticas de ajuste estrutural, que, no fundo, agravam a pilhagem de recursos naturais e os problemas ambientais” (PORTO-GONÇALVES, 2012; p.38). A perda de soberania dos Estados é

evidente, neste contexto, havendo o encolhimento das suas funções políticas e sociais, enquanto as grandes empresas ampliam o controle na regulação da vida social.

*O desenvolvimento, apesar da generalização da miséria e da ampliação das desigualdades e desequilíbrios que o mundo continua sofrendo, da exploração e opressão que gera, dos desastres ambientais que provoca etc., continua sendo discutido, planejado, financiado e tem um lugar destacado na agenda internacional (GOMÉZ, 2007, p.41).*

Assim o discurso do desenvolvimento e as políticas públicas para a sua implementação incorporam novas estratégias, instrumentos e linguagem, como o enfoque territorial adotado para impulsionar o desenvolvimento na América Latina, com o objetivo de combater a pobreza rural a partir da transformação produtiva e do desenvolvimento institucional<sup>4</sup> (GOMÉZ, 2007).

Contudo, o discurso de uma economia globalizada capaz de homogeneizar o planeta, e do desenvolvimento, pautado no crescimento econômico, capaz de superar a pobreza, caem por terra, quando percebemos que as diferenças locais são aprofundadas, e ainda mais, quando percebemos que a globalização tem se mostrado perversa, à medida que vivemos sob uma “dupla tirania” do dinheiro e da informação. Como afirma Santos (2010):

*A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens a produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos. (p.37)*

É preciso analisar atentamente as propostas de um (des)envolvimento, que tem como premissa a subversão das relações humanas entre si e com a natureza, tirando o envolvimento e autonomia, criando um discurso de individualidade e competitividade (PORTO-GONÇALVES, 2012). Peet (2007) nos alerta para a necessidade de repensar o

---

<sup>4</sup> O enfoque territorial é incorporado na política de desenvolvimento rural brasileira em 2003, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação dos Territórios Rurais.



projeto de desenvolvimento, bem como rever conceitos e princípios corrompidos pela forma social adotada pela modernidade – o capitalismo.

### **3.2 Agricultura Familiar no contexto brasileiro**

A opção política do Estado brasileiro por um modelo de desenvolvimento agrícola baseado no latifúndio, na ciência e na técnica aplicada a produção no modelo da empresa rural, gerou, historicamente, “um conjunto de mistificações acerca do campesinato, associando-o ao atraso e a precariedade, não condizente com a ideologia do progresso” (PETERSEN, 2009, p.6).

Ao longo da história brasileira, a empresa agromercantil, “baseada na concentração de terra, na especialização e na homogeneização produtiva dos territórios rurais, representado pelas monoculturas e pelos criatórios industriais intensivos” (PETERSEN *et al.* 2009, p.88) foi privilegiada na ocupação dos territórios, como modelo de unidade de produção e desenvolvimento estimulado pelas políticas públicas.

Como afirma Wanderley (2009), as ações do Estado, voltadas à agricultura moderna, tem como marco regulatório o Estatuto da Terra (1964), culminando na criação dos dispositivos nacionais para viabilizar a modernização do setor agrícola: crédito, abastecimento, preços, pesquisa, assistência técnica, entre outros.

E é desta forma que o enfoque técnico da agricultura industrial e a perspectiva econômica da produção em grande escala do agronegócio permanecem profundamente enraizados no imaginário coletivo como referências únicas de progresso e de modernidade.

Como resultado dessa modernização, a agricultura, passa a se subordinar a indústria, “por meio da ação de setores industriais distintos, antes, durante e após o processo produtivo propriamente agrícola, constituindo-se o que denomina um complexo agroindustrial” (KAGEYAMA, 1990 *apud* WANDERLEY, 2009; p.36).

Esses complexos agroindustriais globalizaram-se, graças à união da tecnologia agrícola e da ciência, num movimento de retroalimentação das ciências agrárias, responsáveis por desenvolver padrões tecnológicos, e dos mercados agroalimentares que direcionam os rumos da inovação tecnocientífica, esta que se apresenta “como instrumento

de poder determinante para assegurar a crescente exploração dos recursos sociais e naturais dos territórios rurais” (PETERSEN *et al.*, 2009; p.88).

As “sementes” plantadas pela Revolução Verde e a tecnociência agrícola, como promessa de solução dos problemas da fome e alimentação de uma população crescente, vem colhendo frutos como o aumento da população em condições de miséria e aumento do número de famintos e subnutridos, devido à exorbitante concentração de terras e de riqueza, evidenciado pelos grandes latifúndios, incremento dos monocultivos, exploração e degradação da natureza, bem como do próprio homem.

A realidade atual do campo brasileiro nos mostra que essa modernização se constituiu num processo diverso em termos da abrangência territorial, e dos tipos de agricultores atingidos, evidenciando disputas históricas entre a espacialização do capital hegemônico e outras formas de resistência de uma agricultura tradicional camponesa<sup>5</sup>, estabelecida a margem da grande propriedade. No entanto “as raízes e motivações para que esse quadro se mantenha estão bem além do uso de técnicas específicas, apesar de suas influências e possibilidades” (ARAÚJO, 2012; p.13).

O caráter heterogêneo dessa modernização reflete, hoje, a complexidade das formas de se fazer agricultura, e a diversidade dos sujeitos e das relações existentes no campo, de modo que, os elementos da modernização agrícola foram incorporados na produção de diferentes formas e graus de intensidade.

O próprio termo, agricultura familiar, amplamente utilizado nas políticas de desenvolvimento rural sugere essa complexidade. A agricultura familiar, segundo Wanderley, (1996) é um conceito genérico, contendo em si uma diversidade de situações e particularidades, mas que, em termos gerais, associa família-produção-trabalho na estrutura produtiva rural. A diversidade está presente nas “diferentes relações com o mercado e em representações e modos de vida que se apresentam em contextos heterogêneos específicos” (SILVA, 2010; p.20).

Essa agricultura familiar “historicamente subjugada a dinâmicas maiores de poder”, tida como atrasada pelo Estado e, portanto, alvo das políticas públicas de desenvolvimento rural, vive “uma luta constante contra a desculturação, expropriação e dependência” (ARAÚJO, 2012; p.9).

Entretanto, quanto ao processo de modernização agrícola podemos inferir que,

---

<sup>5</sup> Wanderley (1999) propõe o campesinato tradicional como uma das formas sociais de agricultura familiar, havendo, no entanto, particularidades que a especificam nesse conjunto (apud FERRARI, 2010).

*Se por um lado resultou no aumento da produtividade e na instituição de um setor agropecuário fortemente integrado a mercados e complexos agroalimentares, por outro, resultou também na degradação ambiental e causou impactos sociais e culturais negativos, a partir de processos de diferenciação, exclusão social e econômica de vários segmentos da chamada Agricultura Familiar (FERRARI, 2010; p.1).*

A especialização produtiva, baseada na economia de escala, gerou uma dependência dos agricultores a mercados dominados por grandes empresas do ramo agrícola, como insumos químicos, sementes, maquinário entre outras tecnologias.

No Brasil a abertura das fronteiras para a importação de alimentos, juntamente com a intensificação da produção de culturas agrícolas do mercado global de *commodities*<sup>6</sup>, reflete a perda de soberania alimentar, evidenciada no âmbito dos territórios e dos países, que acompanhou a desarticulação de meios e modos de vida rurais, levando a população rural para às cidades; famílias agricultoras que migram em busca de trabalho, renda, saúde, educação.

Segundo Schmitt, (2011) a modernização da agricultura fez com que a atividade agrícola perdesse seus vínculos com a base ecológica, social e cultural, à medida que se torna cada vez mais dependente de energia e insumos externos, afirmando que o sistema de produção e distribuição de alimentos não é mais um produtor líquido de energia, mas sim um consumidor.

Neste contexto de industrialização da agricultura e liberalização dos mercados dominada pelos chamados Impérios Agroalimentares<sup>7</sup>, configura-se uma ordem agroalimentar global, em que se tem a homogeneização das culturas e dos hábitos alimentares da população.

Tem-se, portanto, a “artificialização dos ciclos e processos físico-químicos e biológicos da natureza e os processos de privatização, mercantilização e cientifização dos bens ecológicos da humanidade” (FERRARI, 2010; p.10).

É neste cenário de “múltiplas crises”, como se refere Petersen (2009): alimentar, energética, climática, ambiental, social, econômica, que se tem acirrada a disputa por

---

<sup>6</sup> Mercadorias agrícolas e bens minerados comercializados no mercado global, como soja, café, petróleo, carvão, etanol, etc.

<sup>7</sup> Pequeno grupo de transnacionais que impõe um sistema de governança global sobre os mecanismos institucionais que controlam os fluxos entre a produção e o consumo de alimentos (PETERSEN, 2011).

“territórios<sup>8</sup>” evidenciando uma nova fase de expansão da fronteira agrícola brasileira, do agronegócio e consequentemente de ampliação das desigualdades sociais num contexto de globalização neoliberal.

Esses conflitos territoriais intensificam-se na medida em que os recursos naturais são disputados, configurando processos de (des)territorialização, (re)territorialização<sup>9</sup> de diversas populações, seja no campo ou na cidade. Essas disputas, traduzidas numa maior conscientização e mobilização social de diversos segmentos da sociedade, (ONGs, organizações, grupos, sindicatos, movimentos sociais numa esfera nacional, regional e local) demanda regulação do poder público, e irão refletir na criação de políticas públicas destinadas à erradicação da pobreza, segurança alimentar, desenvolvimento territorial, fortalecimento da agricultura familiar.

Constata-se o aumento de investimentos de recursos públicos na agricultura familiar, mas, também, e ainda mais relevante, e veloz, é a expansão do grande capital agroindustrial e financeiro, que tem explorado não só a mão de obra destes agricultores e agricultoras, se apropriando das riquezas geradas por seu trabalho, mas também explorado intensamente os recursos naturais de forma degradante, muitas vezes tomando “territórios” destes e de outras populações tradicionais.

Fato é que estes conflitos se intensificam, mas, sobretudo, mobilizam potencialmente a organização de atores sociais na busca por um desenvolvimento que se sustente em todas as dimensões. Estes que acreditam na sustentabilidade da produção em bases ecológicas e economicamente menos desiguais, por meio de um sistema de produção alimentar “limpo” e justo, um desenvolvimento equilibrado e descentralizado, e de relações sociedade-natureza menos degradantes.

---

<sup>8</sup> *Seja ele a própria terra e os recursos naturais, mas também territórios no que se refere ao campo político dos discursos de desenvolvimento, o que podemos sentir a presença, principalmente, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão como a UFV, produtoras de conhecimento científico e que há décadas vem trabalhando a serviço do agronegócio.*

<sup>9</sup> *O termo aqui se refere a um processo de exclusão sócio-espacial, que envolve os grupos mais expropriados que estão sendo privados do acesso ao território no seu sentido mais elementar, o de “terra”, “terreno”, como base material primeira da reprodução social. A des-re-territorialização pode ser compreendida como um processo relacional, num contexto onde o próprio território se torna mais complexo, por um lado mais híbrido e flexível, quanto aos sistemas em rede, multi-escalares, das novas tecnologias da informação, e por outro, mais inflexível, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, “mais” e “menos seguros” (HAESBAERT, 2007).*

### 3.3 Tendências a partir de 1990

Diante de um conjunto de transformações que atingem o sistema agroalimentar como a desregulamentação e a globalização dos mercados, a transnacionalização dos atores dominantes e as mudanças nos padrões de consumo alimentar que configuram um novo cenário mundial, Wilkinson (2008) aponta tendências à agricultura familiar a partir dos anos 1990, afirmando que:

*Ocorreram mudanças profundas na regulação, na organização e nas formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais. O desmantelamento da intervenção do Estado nos mercados, bem como a abertura e a integração regional modificaram abrupta e radicalmente a dinâmica de produtos tais como trigo, algodão e milho. O novo ambiente concorrencial, promovido também por mudanças estruturais internas, como a ocupação dos cerrados, estimulou a adoção de novas economias de escala em cadeias como aves, suínos e leite. Assim, neste novo contexto, mesmo produtores tidos como consolidados viram-se ameaçados de exclusão na reorganização das grandes cadeias de commodities. Paralelamente, vimos o surgimento de muitos novos mercados de nicho, (...) no entanto, as novas exigências destes mercados em termos tecnológicos e mais ainda mercadológicos representam barreiras para os agricultores tradicionais (p.14 e 15).*

A concorrência no mercado global comandada por poucas transnacionais, especulação e oligopolização dos preços dos alimentos, não tem permitido uma inserção realmente autônoma, da agricultura familiar no mercado, ficando esta a mercê dos preços baixos pagos pelos complexos agroindustriais e grandes redes varejistas.

Dessa forma, a integração as cadeias agroindustriais vem absorvendo uma grande parte da agricultura familiar como fornecedora de matérias primas, adotando o modelo convencional de produção em grande escala com especialização produtiva e dependência de insumos, equipamentos industriais, tecnologias e financiamentos.

Segundo Schmitt (2011) “a imposição de padrões de qualidade e mecanismos de regulação que não se adaptam as condições dos agricultores inibe iniciativas que buscam agregar valor a produção” (p.7). Isso faz com que esses novos nichos de mercado potenciais a inserção da agricultura familiar sejam ocupados por novos entrantes, sobretudo profissionais liberais e outros empreendedores (WILKINSON, 2008).

Outra dificuldade vivenciada é a atual importação de mercadorias baratas que contribui para a desestruturação da produção para o autoconsumo, desmotivando a diversificação produtiva, fragilizando os mercados locais, além da opção dos membros da família pela prestação de serviços a terceiros, deixando a produção agrícola familiar.

Mas, é diante deste cenário, de poucas possibilidades para a agricultura familiar, que o debate acerca do seu papel e importância se renovam, num contexto de retomada do discurso de crise ambiental<sup>10</sup>, de crítica aos efeitos negativos da industrialização, da busca de modelos de desenvolvimento e de agricultura mais sustentáveis, envolvendo agora, diretamente, países em desenvolvimento como o Brasil.

De tal modo, a partir da década de 1990, o fortalecimento e a integração da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país, ganham a pauta nas políticas públicas, bem como, o tema do modo de produção familiar ganha destaque nas produções acadêmicas (FERRARI, 2010). E também na literatura, como afirma Wilkinson (2008) “inicialmente pela necessidade de refletir sobre a reintrodução do tema da reforma agrária ao centro da política agrícola e depois, cada vez mais, à luz da crise do modelo fordista e da emergência de uma nova ordem econômica” (p.71).

Ganha espaço, também, neste debate, os conceitos de Desenvolvimento Rural e Território, os trabalhos desenvolvidos apoiam-se nas temáticas sobre a posição histórica atual e potencial da produção familiar, a pluriatividade e as atividades não-agrícolas no meio rural, a ruptura com o modelo de integração agroindustrial e estratégias para inserções mais autônomas, enfatizando “os ganhos em competitividade para pequenos produtores decorrentes de aglomeração, proximidade, cooperação e aprendizagem coletiva” (WILKINSON, 2008, p.73).

O combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, ganham ênfase no governo Lula, e contribuem para que a agricultura familiar seja reconhecida como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA *et al.*, 2011).

A agricultura familiar passa a ser um componente unificador de diversas categorias de trabalhadores rurais para os movimentos sociais do campo. O agricultor familiar passa a ser identificado como ator estratégico, e a relevância da produção de base familiar a ser

---

<sup>10</sup> Em 1992 é realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92 ou Rio-92 como ficou conhecida. O evento reuniu chefes de Estado de vários países, onde foram elaborados importantes documentos referência para as discussões ambientais, como a Agenda 21, que prevê elaboração de estratégias que garantam o desenvolvimento sustentável, e as convenções sobre biodiversidade e mudanças climáticas (IPEA s.d.).

considerada, como setor da agricultura brasileira responsável por grande parte da produção de alimentos para consumo interno da população, assim como por empregar grande parte da mão de obra do campo brasileiro, mesmo ocupando uma área relativamente pequena comparada ao agronegócio.

*Esse setor, que até então não havia sido considerado pelo Estado como objeto de políticas públicas específicas, começou a receber maior atenção quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, processo que teve como saldo importante à própria construção da definição oficial do conceito de agricultura familiar, desde então passou a ser incorporada como referência no planejamento da ação governamental. Registra-se a partir desse momento, mas principalmente depois de 2003, um esforço importante de implantação de diferentes instrumentos específicos de política pública direcionados a essa categoria de produtores, a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e do próprio PAA<sup>11</sup>. Esses avanços foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos produtores familiares (GRISA et. al, 2011; p.34).*

Na esteira desses acontecimentos, podemos identificar um “fortalecimento do sujeito *agricultor familiar* pelo Estado, por organizações (diversas) e movimentos sociais”, este como uma categoria genérica, ou seja, uma categoria que engloba grupos agrários distintos e diferentes formas de se fazer a agricultura, de organização e manejo da unidade produtiva, bem como das tecnologias e formas de trabalho envolvidas na produção (FERRARI, 2010; p.5 *grifo do autor*).

No que tange o fortalecimento da Agricultura Familiar pelo Estado brasileiro, pós 1990, podemos citar também a criação da Secretaria da Agricultura Familiar vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a ampliação do número famílias assentadas pela política de Reforma Agrária, e no âmbito da comercialização, a nova lei da Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/2009), por meio da qual a agricultura familiar passa a fornecer

---

<sup>11</sup>Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDA/SAF).

gêneros alimentícios para as escolas da rede pública através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros (MDA/Portal da Agricultura Familiar).

No entanto, muitas vezes a noção de sustentabilidade das ações destas políticas bem como seu caráter seletivo<sup>12</sup>, é questionada por alguns autores. Essas políticas ainda não se desvincularam completamente do modelo produtivista, fato que se evidencia na manutenção do crédito rural como principal instrumento de política para a agricultura familiar, buscando aumentar a produção por meio da tecnificação do processo produtivo (FERRARI, 2010).

A Agroecologia como abordagem holística, traz propostas para uma transformação real, por uma agricultura sustentável, pensada sob a lógica de produção da agricultura familiar camponesa e em harmonia com a natureza. Por um desenvolvimento equilibrado territorial e economicamente, que garanta a segurança e soberania alimentar, a superação da pobreza, a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade.

Em meio a um cenário de mudanças climáticas globais e de recursos naturais em vias de exaustão, a abordagem agroecológica de produção ainda se coloca como alternativa para aumentar a resiliência dos agroecossistemas, diminuindo a dependência de insumos externos à propriedade.

De tal maneira, temos o debate acerca de novos elementos como a reorientação dos enfoques das políticas de crédito e de assistência técnica, bem como o revigoramento dos mercados locais para a ruptura dos laços de dependência criados pelos Impérios Agroalimentares. No entanto, o principal desafio que se delineia em meio aos debates atuais, para que essas propostas se generalizem, é a superação do poderio político, econômico e ideológico do agronegócio globalizado.

---

<sup>12</sup>O PRONAF, até o final dos anos noventa, nos permite afirmar que a ação do Estado foi seletiva, beneficiando principalmente agricultores do Sul e Sudeste do Brasil e a noção de sustentabilidade que acompanha esta ação não tem implicado opção por tecnologias alternativas ao padrão que vem sendo adotado até então ( FERRARI, 2010; p. 3).



#### 4. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

Na esfera social é crescente a conscientização aos impactos da intensificação da agricultura, no que tange à desigualdade social e à sustentabilidade econômica e ecológica da produção agrícola no longo prazo, indicando uma insatisfação com o modelo de desenvolvimento incentivado pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, e também a necessidade de um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente.

Embora se consagre a imagem positiva da tecnologia, como se refere Wilkinson (2008), na própria expressão *progresso tecnológico*, esta se apresenta como um argumento artificial da competitividade da produção em grande escala, quando na verdade, este modelo de agricultura, se sobressai somente devido ao acesso privilegiado a terra e ao crédito subsidiado.

Ademais, esse progresso tecnológico não tem levado em conta os limites para a exploração dos recursos naturais, bem como o bem-estar social, impondo custos socioambientais elevados. Nesse sentido, ganha força na sociedade, o debate acerca de novas propostas para um desenvolvimento sustentável, acentuando a crítica à modernização da agricultura e seus efeitos devastadores à natureza e à sociedade.

Para Wilkinson (2008) “as pressões para a produção em maiores escalas e menores custos nos mercados de *commodities* vêm acompanhadas de uma crítica cada vez mais generalizada ao modelo de agricultura dominante” favorecendo os modelos produtivos baseados na agricultura familiar (p.15).

A degradação dos solos, a contaminação das águas, do ar, dos trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras, e da população que consome os alimentos, o esvaziamento do campo, a crescente urbanização e com ela a precarização da vida nas cidades, são apenas alguns males da sociedade moderna.

Questões como a explosão demográfica da população e problemas ambientais do século XXI, também suscitam debates sobre a segurança alimentar e análises sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas acerca da capacidade de atendimento às necessidades nutricionais das populações em longo prazo, num momento em que também há uma preocupação com o processamento dos alimentos em escalas cada vez maiores, utilizando aditivos, colorantes e conservantes, também em escalas crescentes.

Cresce também, a preocupação da sociedade quanto aos riscos associados aos alimentos transgênicos e a utilização de agrotóxicos, e o questionamento da qualidade dos alimentos comercializados nas grandes redes varejistas e atacadistas.

O Brasil que vem se firmando como um dos maiores produtores agrícolas mundiais, e também na utilização de agroquímicos, devido ao grande investimento direcionado para a compra de insumos agrícolas, ainda assim, evidencia a insegurança alimentar de sua população. Mesmo aqueles que tem acesso a uma alimentação diária, consomem, cada vez mais, alimentos de baixa qualidade nutricional, pouco diversificados, e muitas vezes “envenenados”.

Soma-se a isso o número de obesos e subnutridos, a crescente artificialização da alimentação por meio do consumo cada vez maior de produtos industrializados, no qual a produção e a distribuição se concentram em grandes transnacionais do setor agroalimentar. A obesidade é uma doença que atinge, hoje, grande parte população mundial, inclusive grande número de crianças, principais alvos da propaganda e marketing que movimentam essas empresas.

Deste modo, a própria noção de Soberania Alimentar passa a incorporar novas dimensões, como afirma Meirelles (2004), não mais se limitando a aumentar a produtividade, e os ganhos no tempo e no espaço<sup>13</sup>:

*A noção de Soberania Alimentar incorpora várias dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – relacionadas ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis (p.11).*

Diante desses questionamentos e preocupações, a Agroecologia<sup>14</sup> emerge como “importante ferramenta para a promoção das complexas transformações sociais e

---

<sup>13</sup> Fato este atualmente questionado por estudos e pesquisas na Agroecologia, quanto ao aumento de produtividade do modelo agrícola convencional, como outros aspectos que não são abordados quando se defende a eficiência do modelo produtivista, como os ganhos ambientais e sociais, proporcionados pela forma agroecológica de produção.

<sup>14</sup> De acordo com Ferrari (2010) o uso contemporâneo do termo Agroecologia data dos anos 1970, no entanto o conhecimento e a prática remontam as origens da agricultura.

ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade” articulando-se ao debate das possibilidades do modo de produção familiar no contexto atual (FERRARI, 2010; p.5).

Como ciência ou disciplina científica a Agroecologia:

*Apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade (ALTIERI, 1989 apud FERRARI, 2010; p.21).*

A agroecologia busca, dessa forma, integrar princípios agronômicos, ecológicos, socioeconômicos, políticos e culturais, para compreender e avaliar os efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e sobre a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004). Através de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, a agroecologia, baseada na articulação dos saberes científico e popular, visa à implementação de sistemas de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e sociocultural, tida como prática e como movimento social (FERRARI, 2010).

A Agricultura Familiar, por sua vez, apresenta alto potencial para um desenvolvimento rural sustentável, economicamente descentralizado, e voltado à ocupação equilibrada do território, assim como sugere Abramovay (1997). Esta é caracterizada por sua multifuncionalidade no que tange a segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, a manutenção do tecido social e cultural, a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, além de garantir a reprodução socioeconômica das famílias no campo, gerando trabalho e renda (CAZELLA *et al.*, 2009).

De tal modo, o fortalecimento da agricultura familiar com base nos princípios da agroecologia é apontado como possibilidade de um desenvolvimento rural sob todas as dimensões da sustentabilidade – ecológica, social, econômica, cultural, política e ética, como sugerem Costabeber e Caporal (2002).

No âmbito da Agroecologia busca-se “explorar as ligações entre os sistemas diversificados da agricultura camponesa e familiar e a preservação, *in situ*, da biodiversidade agrícola e alimentar” como essencial à produção de alimentos diante de mudanças climáticas globais e redução do estoque de terras agricultáveis (SCHMITT, 2011; p.7).

Essa trajetória assumida pela agricultura familiar mostra-se como possibilidade fértil tanto na reorganização do espaço agrário como do próprio espaço urbano, com capacidade de promover um desenvolvimento mais equilibrado do território, além do potencial à promoção a segurança alimentar e nutricional da população.

Essas possibilidades demandam mudanças profundas nas formas de ocupação do espaço, de relação com a natureza, principalmente quanto à apropriação e utilização de recursos como a terra, a água e a biodiversidade, implicando uma transformação da matriz produtiva e das condições de acesso aos mercados da agricultura familiar, para que formas mais equitativas de apropriação e distribuição das riquezas sejam geradas.

No sentido de viabilizar essas mudanças, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), do Governo Federal lançada na Rio +20, apresenta propostas positivas priorizando o apoio institucional à agricultura familiar e aos povos tradicionais na promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção e distribuição de alimentos, tendo como medidas estruturantes a disponibilização de linha crédito diferenciada, ampliação das compras institucionais, e instituição de uma rede nacional de assistência técnica e extensão rural para a produção orgânica e agroecológica<sup>15</sup>, além do incentivo ao consumo de produtos orgânicos e agroecológicos através de campanhas publicitárias (CONSEA, 2012).

Destaca-se quanto aos objetivos desta política o fortalecimento e ampliação do consumo de produtos orgânicos e agroecológicos com ênfase nos mercados institucionais e nos circuitos curtos de comercialização, este sobre o qual, este estudo buscará tecer considerações a fim de explorar suas possibilidades como estratégia para a inserção da agricultura familiar em processo de transição agroecológica de forma autônoma nos mercados.

---

<sup>15</sup> *O sistema de produção orgânico caracteriza-se pela substituição de compostos sintéticos por naturais na produção agrícola, prevendo a não utilização de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal. Dentre as práticas permitidas estão a adubação verde, o controle biológico de pragas, utilização de esterco animal, entre outras, observando a preocupação com a utilização dos recursos naturais (DULLEY, 2003). O termo orgânico é o termo utilizado pelo Estado para fins de certificação da produção orgânica nacional (selo SisOrg, que identifica os alimentos orgânicos de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. A agroecologia vai além de práticas tecnológicas e de manejo, incluindo princípios como a inclusão social e a solidariedade, buscando processos que gerem autonomia e benefício de todos os envolvidos. Indo além da substituição de insumos, a prática agroecológica busca aproximar os agroecossistemas ao máximo do ecossistema natural, valorizando as potencialidades e culturas locais.*

#### **4.1 Relocalizando os sistemas agroalimentares: Os circuitos curtos de comercialização**

O acesso aos mercados, devido a dificuldades quanto à padronização dos produtos exigida para o comércio em grande escala, é uma das principais fragilidades para a comercialização dos produtos da agricultura familiar em processo de transição agroecológica.

Nesse sentido a criação de redes locais/regionais de comercialização, ou circuitos curtos de comercialização, ou ainda, circuitos locais (ou localizados) de comercialização, vem se apresentando como uma eficiente estratégia ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, inserindo seus produtos no mercado, incentivando a diversificação e manejo agroecológico das unidades produtivas familiares, além de possibilitar o incremento da renda familiar através do beneficiamento de produtos da propriedade.

Redes estas, “cujo desenho e modo de funcionamento não se encaixam nos formatos de produção, distribuição e comercialização de alimentos que se tornaram dominantes nas últimas décadas em várias partes do mundo” (SCHMITT, 2011; p.4).

A construção dessas redes, como canais alternativos de comercialização, dá-se numa proposta participativa, através da auto-organização de agricultores e agricultoras e suas organizações representativas, em articulação com organizações governamentais e ONGs. Baseiam-se nos princípios da Economia Solidária<sup>16</sup> e da Agroecologia como abordagem sociotécnica, configurando um conjunto de ações que questionam as formas dominantes de produção e consumo.

Espaços destinados à comercialização e/ou troca de produtos agroecológicos, orgânicos, artesanais, organizados sobre os princípios da economia solidária, vem mostrando êxito, assim como afirmam Costabeber e Caporal (2002), Meirelles (2004), Maluf (2004), no âmbito da criação de redes de comercialização em pequenas escalas, ou de cadeias produtivas de base territorial.

Essas redes alternativas de comercialização exercem influência no equilíbrio de poder dos mercados, permitindo que os atores locais definam normas, procedimentos e bases tecnológicas que regulam a produção, o beneficiamento, a distribuição e o consumo

---

<sup>16</sup> *O conceito abarca o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, parte do princípio da organização administrativa autogestionária, democracia econômica e gestão coletiva, tendo a cooperação e o caráter solidário dos empreendimentos como diferencial às empresas capitalistas (CTA-ZM, 2009).*

de alimentos, e ainda permitem que as rendas geradas neste processo permaneçam no “território” (PETERSEN 2009).

Para Schmitt (2011) a realocação dos sistemas agroalimentares, é vista como alternativa de inserção da agricultura familiar restabelecendo “os vínculos da produção e do consumo de alimentos com seu entorno socioambiental, realocando ou reterritorializando o sistema agroalimentar” (p.5).

Essa realocação refere-se a transformações organizacionais e produtivas dos sistemas agroalimentares, que visam à valorização do potencial local para a construção de formas de agricultura mais compatíveis com as realidades do ecossistema, da economia e da cultura local, como estímulo para “uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, mais territorializada e adaptada às especificidades locais” possibilitando autonomia e melhores condições de vida às famílias agricultoras (MEDEIROS E MARQUES, 2011; p.21).

*A apropriação e a concentração dos recursos produtivos, juntamente com a privatização da agrobiodiversidade e dos conhecimentos através dos mecanismos de propriedade intelectual, são elementos fundamentais a serem questionados quando se trata de desenhar os caminhos percorridos pelos alimentos até a mesa do consumidor. (...) A transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar, apontando para a necessidade de um novo equilíbrio entre agentes econômicos privados, Estados Nacionais, organismos multilaterais e territórios (SCHMITT, 2011; p.6).*

A reativação dos mercados locais, a partir das iniciativas de consumo consciente, aparecem como alternativa ao escoamento de produtos da agricultura familiar de base agroecológica, entre outros provindos das agroindústrias caseiras<sup>17</sup> locais, garantindo o acesso a alimentos produzidos de forma ecológica e socialmente mais justos, sob novos padrões de produção, comercialização e consumo, possibilitando a articulação entre agricultores familiares, população local e consumidores simpáticos a essas formas de produção.

---

<sup>17</sup> Compreende-se como agroindústria caseira a atividade de processamento de produtos de origem animal e vegetal realizada na unidade produção familiar em pequena escala, artesanalmente e/ou pouco tecnificada.

Além de alternativa eficiente para o escoamento de produtos da agricultura familiar, estas redes de comercialização se apresentam como possibilidade e incentivo para o desenvolvimento de *empreendimentos agroalimentares de pequeno e médio portes*, que constituem “componente central para uma estratégia de desenvolvimento assentada em atividades econômicas promotoras de equidade e de inclusão social, em bases sustentáveis” (MALUF, 2004, p.300).

Os circuitos curtos de mercadorias é uma forma potencial de inserção dos produtos da agricultura familiar de base agroecológica e produtos da agroindústria caseira locais no mercado agroalimentar, de maneira que disponibilizem à população produtos saudáveis e a preços acessíveis, servindo também como estímulo à diversificação da produção nas unidades familiares por meio da produção agroecológica.

Segundo Meirelles (2004) estes mercados locais devem ser entendidos para além de uma localização geográfica, como um processo de comercialização que visa:

- *democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos;*
- *encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles;*
- *valorizar os serviços socioambientais gerados;*
- *fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre todos os envolvidos;*
- *promover a cooperação, a transparência e a complementaridade entre os agentes do processo de comercialização;*
- *possibilitar uma crescente inclusão de agricultores e consumidores no mercado (p. 13).*

A construção, ou mesmo revitalização, de redes territorializadas sob os princípios agroecológicos e do comércio solidário, vem se multiplicando em todo o território brasileiro, e em várias partes do mundo, a partir da década de 1990, como afirma Schmitt, (2011) mesmo em um “contexto fortemente marcado pela liberalização dos mercados e por processos de desterritorialização das economias locais” (p. 4).

Entre essas formas de acesso ao mercado podemos citar a da organização de feiras locais da agricultura familiar, de produtos orgânicos, agroecológicos e artesanais provenientes das fábricas caseiras, ideias em expansão que além de motivar os circuitos locais de comercialização, reduzindo a distância entre produtores e consumidores, tem

contribuído para reforçar formas comunitárias de organização social (MEDEIROS e MARQUES, 2011).

*Exemplos que “se multiplicam em centenas de nem tão pequenas experiências, em todos os estados do país, em todos os países do continente” (...) “apesar da pressão cultural e econômica das grandes corporações”, (...) “milhares de pessoas buscam, de forma individual e coletiva, aumentar sua capacidade de decidir o quê e como produzir e consumir” (MEIRELLES, 2011; p.11).*

Evidencia da expansão dessas redes ou grupos de consumo consciente, foram identificados pelo Instituto Kairós, e são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Redes de consumo responsável pelo Brasil

<b>NORDESTE</b>		
<b>BA</b>	RedeMoinho - Cooperativa de Comércio Justo e Solidário	Salvador
<b>RN</b>	Associação de Comercialização Xiquexique - Rede Xiquexique	Mossoró
<b>RN</b>	Cooperativa TECHNE - Grupo Consumo Consciente	Natal
<b>CE</b>	ADAO CE - Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica	Fortaleza
<b>CE</b>	Grupo de Consumidores Responsáveis do Benfica	Fortaleza
<b>CENTRO-OESTE</b>		
<b>GO</b>	ADAO GO - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	Goiânia
<b>MS</b>	Grupo de Compras Coletivas	Dourados
<b>MT</b>	SISCOS – Sistema de Comercialização Solidária / Instituto Ouro Verde	Alta Floresta
<b>SUL</b>		
<b>PR, SC, RS</b>	Rede Ecovida	24 municípios
<b>RS</b>	Cooperativa de Produção e Consumo Solidário Ltda. - Cooper Ecosol	Passo Fundo
<b>RS</b>	Cooperativa GiraSol - Comércio Justo e Consumo Consciente	Porto Alegre
<b>SC</b>	Compras Coletivas da Ilha	Florianópolis
<b>SC</b>	Triambakam	Itajaí



SUDESTE		
ES	Broto	Vitória
SP	Associação de Integração Campo Cidade - MICC	São Paulo
SP	ComerAtivaMente	São Paulo
SP	ConsumoSol - Articulação Ética e Solidária para um Consumo Responsável	São Carlos
SP	CSA Demetria Botucatu	Botucatu
SP	Grupo de Consumo Consciente	Botucatu
SP	Rede de Produção e Consumo Responsável de Piracicaba e Região	Piracicaba
SP	Rede Sementes de Paz	São Paulo
SP	Trocas Verdes	Campinas
RJ	Rede Ecológica	Rio de Janeiro
MG	Rede Raízes da Mata	Viçosa
MG	Rede Terra Viva	Belo Horizonte

*Iniciativas de grupos que realizam compras coletivas com critérios solidários e/ou ecológicos identificadas pelo Instituto Kairós até o ano de 2011. Em destaque outras experiências identificadas pela equipe da Rede Raízes da Mata que ainda não constam no levantamento do Instituto Kairós.*

Fonte: Arquivo Rede Raízes da Mata modificada de Instituto Kairós (2011)

É importante salientar que este levantamento realizado pelo Instituto Kairós em 2011 ainda é inicial, reconhecendo algumas iniciativas de compras coletivas pelo Brasil, embora sejam identificadas inúmeras experiências que não aparecem neste levantamento, inclusive na região Norte, e como a própria Rede Raízes da Mata e as demais em destaque no quadro.

Medeiros e Marques (2011) ressaltam que a importância desses circuitos de comercialização, uma vez que, “para os agricultores familiares, permanecer ou não produzindo sob sistemas de base ecológica está fortemente relacionado à viabilidade de comercialização de seus produtos” (p.19).

Dessa forma estas redes contribuem para uma maior autonomia da agricultura familiar em relação à inserção em grandes mercados, como a integração nos Complexos Agroindustriais, além de evitar a especialização da produção perdendo o potencial de manutenção da agrobiodiversidade desse modo de produção.

Podemos afirmar quanto aos circuitos de produção, comercialização e consumo em pequena escala, que estes são responsáveis pela criação de redes de confiança entre produtores e consumidores, que de acordo com Costabeber e Caporal (2002) permitem

ainda, o resgate e a manutenção de certos hábitos alimentares locais ou comunitários, assim como a possibilidade de uma alimentação diversificada e mais saudável.

Estratégias de comercialização que tem propiciado o incremento da renda familiar, através da venda direta, comercialização de produtos beneficiados da agricultura, pecuária e extrativismo, desenvolvimento da agroindústria familiar rural como meio para agregação de valor dos produtos, além de conservar alimentos perecíveis absorvendo força de trabalho familiar, principalmente jovens e mulheres.

Costabeber e Caporal (2002) ressaltam ainda, a importância da criação destes circuitos curtos de comercialização,

*como maneira de aumentar os graus de eficiência ecológico-energética na produção e distribuição de alimentos, seja através de feiras ou de mercados locais, ademais de representar uma estratégia compatível com os objetivos de soberania alimentar das populações (p.12 e 13).*

Os circuitos de base territorial permitem o resgate e preservação de costumes e hábitos alimentares ligados à cultura dos territórios perdidas ao longo das gerações devido a padronização dos cultivos e do consumo. Melhorias que também podem ser notadas na qualidade e maior diversificação da alimentação das famílias produtoras.

Acrescenta-se também a importância ao fomento do comércio solidário para uma remuneração mais justa dos agricultores, sem que estes produtos “ecologicamente corretos” estejam acessíveis apenas para uma parcela economicamente privilegiada, ou seja, que não haja a exclusão de consumidores das classes menos abastadas.

Ao afirmar as inúmeras vantagens da criação destes circuitos curtos de mercadorias, Costabeber e Caporal (2002) evidenciam a “viabilidade de certas mudanças tanto de tipo organizacional como tecnológica, respaldadas por processos democráticos e de participação popular, com ganhos econômicos e socioambientais evidentes” (p.13). Estes permitem re-arranjos nas relações sociais e de trabalho, promovendo a interação entre conhecimentos distintos, propiciando processos de aprendizagem coletiva e revitalizando vínculos de reciprocidade (MEDEIROS e MARQUES, 2011).

*Reconectar a produção ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, as relações sociais, etc. Contrapõe-se, assim ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (GRISA et al., 2011; p.37).*

Dessa maneira, a criação de redes de comercialização em pequenas escalas, favorece a circulação e consumo de produtos na esfera local/regional, caracterizando-se como uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável pensado a partir da produção familiar e sob os princípios da agroecologia, uma vez que gera demanda e assegura o mercado para produtos produzidos de forma artesanal, solidária, natural, ecológica, valorizando a produção local e reconhecendo a agroecologia como movimento por um desenvolvimento mais justo e ambientalmente favorável.

Medeiros e Marques (2011) ainda ressaltam dois aspectos de destaque desses mercados, sendo eles: o caráter inclusivo do processo de construção, trazendo como exemplo a inserção de comunidades quilombolas na comercialização de produtos, antes identificadas apenas como público beneficiário de programas sociais; e o segundo aspecto se refere ao potencial multiplicador dessas experiências no território, constituindo redes de trabalho.

Estas estratégias mostram novas possibilidades à agricultura familiar no que se refere à inserção de forma autônoma nos mercados locais. Estas iniciativas tem contribuído em diversos aspectos: facilitam a comercialização de excedentes da produção agrícola destinada ao consumo familiar, bem como permitem que esta produção se diversifique, complementando a renda da família, estabelecem redes de abastecimento local, beneficiando produtores e consumidores – o produtor por evitar os intermediários, e conseguir preços mais justos nos produtos, e os consumidores por adquirirem um produto de qualidade nutricional, alimentos saudáveis, e de origem conhecida – além de contribuir para uma reorientação dos fluxos materiais e de energia que sustentam as atividades econômicas.

## **5. RAÍZES DA MATA: INTEGRANDO PRODUTORES E CONSUMIDORES ATRAVÉS DA REDE DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E LOCAIS**

A Rede Raízes da Mata é uma rede de consumo consciente e distribuição de produtos agroecológicos e locais, que funciona desde setembro de 2011 nas dependências da Universidade Federal de Viçosa. Esta iniciativa tem possibilitado o envolvimento de famílias agricultoras da região, que estão buscando trabalhar suas unidades produtivas sob os princípios da Agroecologia, produtores artesanais locais, estudantes e professores da UFV, assim como consumidores, numa proposta de incentivo à produção e consumo diversificado de alimentos nutritivos e saudáveis, não compatíveis com a utilização de produtos químicos, que prejudicam a saúde e degradam os recursos naturais, contribuindo de certa forma para que os ideais e as propostas da Agroecologia sejam fortalecidos no contexto da Zona da Mata mineira.

### **5.1 O contexto da Zona da Mata mineira**

A Zona da Mata é uma das 12 mesorregiões geográficas do Estado de Minas Gerais segundo divisão do IBGE. Todavia o que se percebe é que este recorte torna-se muito amplo quando pretendemos compreender um cenário a partir de dados sobre a Zona da Mata, pois na verdade existe uma diversidade de situações neste território, que apontam para a existência de várias “zonas” da mata. Assim expõem-se alguns dados apenas com o intuito de que estes nos auxiliem a entender um pouco tal realidade, mesmo que de forma bastante generalizada.

A Zona da Mata é hoje, a terceira região mais populosa, com 11,35% da população do estado de Minas Gerais, constituindo-se de um elevado número de municípios com população inferior a 10.000 habitantes (69,72%), e ainda com 38,73% dos municípios com população inferior a 5.000 habitantes, o que, de certa forma, ainda confere a região a permanência de um forte vínculo com o mundo rural (NETTO e DINIZ, 2006).

Elemento importante na ocupação e organização do espaço na Zona da Mata, as lavouras cafeeiras, introduzidas na região, em meados do século XIX, conferiram

relevância econômica e status a região, associando-se também a grande devastação da floresta nativa.

É o desenvolvimento da cafeicultura que irá induzir a intensificação do processo de industrialização na região.

*No entanto, embora a dinâmica social, econômica e política da região sejam profundamente marcadas pelo café, desde o início a ocupação da região não se deu exclusivamente com ele, sempre se produziu feijão, milho, arroz, cana de açúcar e gado, para o consumo e para a comercialização (FERRARI, 2010; p.34).*

As grandes fazendas, divididas ao longo do século, principalmente através da herança, cederam lugar a propriedades de menor porte, muitas conduzidas a partir da mão de obra familiar, predominando no cenário atual os minifúndios onde se pratica uma agricultura pouco intensiva em capital.

Os programas de desenvolvimento rural implantados na região, a partir da década de 1970, tiveram como eixo os processos de modernização da agricultura, incentivando a retomada da produção cafeeira na região, após um período de desequilíbrio na oferta e demanda do café no mercado mundial (SILVA, 2010).

O café ainda é um elemento forte na paisagem, prevalecendo como cultivo importante na geração de divisas na região. Atividades como a pecuária leiteira e cultivos para o autoconsumo, como milho e feijão, bem como a criação de pequenos animais, também se destacam na região.

Percebemos que mesmo fortemente influenciada pelos processos de modernização, a agricultura praticada na região, inseriu parcialmente os pacotes tecnológicos incentivados pelos projetos do Estado, em parte devido o caráter familiar das unidades produtivas pouco capitalizadas, e também devido o relevo acidentado, que desfavorece economicamente o uso intenso de mecanização nas lavouras.

A produção de base familiar confere à região uma “ruralidade”<sup>18</sup>, presente na diversidade da produção agrícola, de produtos beneficiados artesanalmente, de labores tais como a riqueza do saber rural dos cultivos, manejo de animais, de plantas medicinais, das

---

<sup>18</sup> Pensada aqui a partir do vínculo e identidade estabelecidos pela população com o campo e com as atividades agropecuárias na região.

práticas e técnicas tradicionais de um saber fazer, e que em muitos lugares se perdeu a medida que a modernização vai se intensificando no campo.

A região tradicionalmente rural vive uma crescente urbanização, refletida numa ocupação indevida da área urbana, além da forte segregação socioterritorial que pode ser identificada na paisagem, que gera problemas de ordem social, econômica e ambiental, associada também à diminuição do número de unidades produtivas familiares, ao mesmo tempo em que é crescente a demanda por alimentos.

A paisagem da região é marcada pelos processos históricos de desmatamento, erosão do solo, descaso com o lixo e efluentes tóxicos, com o uso intensivo de agroquímicos, principalmente nas lavouras de café e na horticultura.

A Universidade Federal de Viçosa configura-se como um polo tecnológico de produção do conhecimento científico, adotando uma linha de desenvolvimento, a partir da ciência e da técnica, e através de parcerias com grandes empresas, tem favorecido a expansão do agronegócio, em âmbito mundial, difundindo ao longo de décadas um modelo de agricultura modernizada que tende a eliminar a produção da agricultura familiar baseada na diversificação produtiva.

A agroindústria vem se expandindo na região com destaque para a produção de alimentos processados, como a Pif-Paf, no ramo da avicultura, as indústrias de laticínios Porto Alegre, Viçosa, Sérvulo e Minas Colonial, além da produção em grande escala de café. Recentemente a agroindústria voltada para produção de madeira, carvão e de celulose tem estimulado o avanço das plantações de eucalipto na região na modalidade de fomento para pequenos agricultores. A cana-de-açúcar é impulsionada por uma retomada da indústria de álcool, de açúcar e também de cachaças.

A integração do agricultor familiar a estes circuitos produtivos industriais é cada vez mais expressiva na região, especializando a produção, gerando dependência financeira e energética, de insumos para a produção, ampliando a expansão no território e no domínio do processo produtivo desses complexos agroindústrias. Havendo, também, a perda de uma diversidade agrícola e de produtos artesanais presentes na região.

Em contrapartida, vivencia-se em alguns municípios da Zona da Mata, um processo de mobilização e organização da sociedade civil por meio de movimentos sociais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ONGs como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, grupos e projetos vinculados à UFV, dentre outras articulações regionais, visando novas propostas de desenvolvimento para a região a partir dos princípios da

Agroecologia, da Economia Solidária, e da Educação do Campo, norteadores de um projeto popular e democrático para o campo.

É através destas iniciativas, pautadas num desenvolvimento rural sustentável, que a agricultura familiar tem encontrado, na região, um contexto mais favorável à sua reprodução socioeconômica. A experiência da incorporação de novas tecnologias e práticas agroecológicas está trazendo melhorias qualitativas, no que tange o processo produtivo, o fortalecimento da base de recursos, a possibilidade de diversificação da renda, além de maior autonomia dos agricultores, na medida em que busca um afastamento gradual dos mercados de insumos e a organização estratégica em mercados de produtos (FERRARI, 2010).

A realidade de algumas experiências na Zona da Mata nos fornece base para inferir que o espaço rural vem assumindo novas configurações, a partir da expansão de propostas e ações alternativas de desenvolvimento, das experimentações em Agroecologia na região e do estímulo à produção da agricultura familiar.

Neste contexto, evidenciamos estratégias como a da Rede Raízes da Mata que tem viabilizado a comercialização de produtos da agricultura familiar em transição agroecológica, inserindo estrategicamente essa produção no mercado local, incrementando a renda e a qualidade de vida das famílias envolvidas.

De tal modo, deseja-se aqui, ampliar as discussões acerca das possibilidades e estratégias pautadas na construção de modelos mais sustentáveis de agricultura e também de mercado, gerando autonomia das famílias agricultoras, assim como melhorias na qualidade de vida no campo e na cidade.

## **5.2 O processo de territorialização<sup>19</sup> da Rede Raízes da Mata**

A Rede Agroecológica de Prosumidores “Raízes da Mata” é fruto de parcerias dos grupos, programas e projetos de extensão universitária ligados ao Movimento Agroecológico da Zona da Mata mineira, são eles: o Mutirão Ciranda, que compreende os grupos de Agroecologia da UFV – GAO (Grupo de Agricultura Orgânica e

---

<sup>19</sup> O termo é utilizado no intuito de identificar um processo de apropriação do espaço, na medida em que relações sociais e de poder são estabelecidas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Agroecológica), SAUÍPE (Saúde Integral em Permacultura) e Apêti Agroflorestas – a ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Zona da Mata, o Projeto (Agro) ecologia de Saberes (financiado pelo CNPq), com o apoio da ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e o Programa TEIA.

A distribuição de produtos agroecológicos e locais acontece semanalmente desde setembro de 2011, na casa número 18 da Vila Gianetti, na UFV, denominada de “Casa da Transição”<sup>20</sup>.

A proposta de criar uma rede solidária de consumidores/as conscientes se insere no projeto “Cidades em Transição”, que busca através de iniciativas de extensão universitária, pesquisas e projetos, articular e incentivar ações que visem à transição agroecológica, e de forma mais ampla abordam a questão do desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Figura 2 – Casa da Transição: Local de distribuição e recebimento dos produtos



<sup>20</sup> A Casa da Transição é um espaço apropriado pelo movimento da Agroecologia, reunindo os grupos como espaço de reuniões, encontros, onde também, funciona um grupo almoço vegetariano, o Grupo Alpha, que consome os produtos comercializados na rede. O espaço da casa funciona também, como uma instalação pedagógica da agroecologia, com material informativo, divulgação dos trabalhos, oficinas e experimentações dos grupos.



## Espaço interno – sala de distribuição dos produtos aos prosumidores



Fotos: Arquivo Rede Raízes da Mata

Influenciado por um cenário mundial de crise ambiental e questionamento dos padrões de desenvolvimento e produção agrícola, formas alternativas de agricultura e de organização social, começam a ser incentivadas, e experimentadas na Zona da Mata mineira, a partir da década de 1980, através da articulação entre CTA-ZM<sup>21</sup>, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e UFV, num movimento de mobilização e organização de agricultores e agricultoras familiares da região, estudantes e técnicos, num projeto de fortalecimento da Agricultura Familiar por meio da produção sob os princípios da Agroecologia (MIRANDA *et al.*, 2012).

Novas possibilidades e estratégias começam a ser estimuladas com base na produção familiar agroecológica, numa proposta de extensão rural participativa e dialógica, pautadas em novas concepções de desenvolvimento mais adequadas a realidade da região.

Desde então, as experiências ampliam-se, envolvendo nesta proposta um número cada vez maior de estudantes, técnicos, famílias agricultoras e até mesmo uma parcela da população urbana. A organização e parceria desses atores, bem como o relevante

---

<sup>21</sup> Organização não governamental com sede em Viçosa, criada em 1987 por lideranças sindicais, técnicos, professores e pesquisadores comprometidos com a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável adequado para a Zona da Mata de Minas Gerais, desenvolvimento este com base na estabilidade ecológica com manutenção da capacidade de produção para as futuras gerações, com igualdade na distribuição dos benefícios gerados por essa produção, com a participação e o fortalecimento das organizações dos/as agricultores/as e com a participação e com equidade nas relações de gênero.

protagonismo dos agricultores e agricultoras da região e suas organizações, impulsionam as propostas agroecológicas que se expandem na região.

A Agroecologia, como ciência, movimento e prática, ganha cada vez mais espaço no meio acadêmico, incorporando-se à luta dos movimentos sociais e as propostas de ONGs, implementando novos referenciais metodológicos, estabelecendo diálogos entre os diversos sujeitos, do conhecimento popular e acadêmico, aproximando esses atores sociais na construção horizontal do conhecimento agroecológico.

O CTA-ZM como mobilizador do debate do modelo de produção agrícola e construção do saber agroecológico promoveu, ao longo desses anos, mudanças significativas no que tange o fortalecimento econômico e político da agricultura familiar da região.

No entanto a comercialização de uma produção diversificada e em pequena escala proveniente da produção familiar em transição agroecológica, configura-se como mais um desafio para a efetividade das propostas agroecológicas na região. Devido à dificuldade em atender demandas específicas dos canais de comercialização e pelos padrões estabelecidos, surge a necessidade de criar canais alternativos e independentes de comercialização e também para a agregação de valor destes produtos.

A ideia de distribuir produtos da agricultura familiar da região, em transição agroecológica, já havia sido cogitada por estudantes e professores da Universidade Federal de Viçosa, fruto da vivência da realidade de muitos agricultores e agricultoras locais, por meio de diálogos já existentes, há algum tempo, com movimentos sociais da região através de projetos de extensão universitária, de programas como o TEIA<sup>22</sup>, e do CTA – ZM.

A comercialização de produtos da agricultura familiar em processo de transição agroecológica, se constitui como fragilidade para a inserção no mercado existente em Viçosa. Entretanto, a efetiva criação de uma rede de distribuição destes produtos, ainda era um desafio do ponto de vista da articulação entre produtores e possíveis consumidores, além das dificuldades operacionais, e de incertezas quanto às possibilidades de estruturação e organização da rede.

Segundo estudante envolvida no processo de criação da rede, a consolidação se dá a partir de uma parceria inicial com o MST-ZM, devido dificuldades enfrentadas pelo

---

<sup>22</sup> Programa de extensão universitária, financiado pelo MEC/SESu, que tem como proposta integrar e articular diferentes projetos de extensão da UFV com base nos princípios de extensão dialógica, participação dos sujeitos sociais na interface ensino-pesquisa-extensão (MIRANDA et al., 2013).

assentamento de reforma agrária “Olga Benário”, do município de Visconde do Rio Branco, quanto à necessidade de escoar uma grande produção de hortaliças, pois não conseguiram vender seus produtos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Da necessidade imediata de escoar essa produção, surge uma articulação inicial para a distribuição desses produtos.

Neste momento, já acontecia mensalmente, no espaço da Casa da Transição, uma “Feira de Trocas” de produtos em geral, organizada pelo Mutirão Ciranda.

A “Feira de Trocas”, segundo estudante envolvida, também motivou a criação da rede de distribuição de produtos, pois os frequentadores sentiam necessidade de vender alguns dos produtos. Soma-se a isto a dificuldade apontada por alguns agricultores envolvidos no processo de transição agroecológica, da comercialização de seus produtos na Feira Livre de Viçosa<sup>23</sup>, muitas vezes pelo fato da produção ser limitada para atender as demandas da feira, e mesmo devido à carga horária sacrificante da feira para os mais idosos, ou que não contam com a ajuda de outras pessoas para a comercialização.

Logo, a rede começa a se constituir, a partir do envolvimento inicial de professores, estudantes da UFV, inseridos no movimento agroecológico, além do MST– ZM. E a “rede” diferentemente da Feira de Trocas configura-se como um espaço que prioriza a venda de produtos agroecológicos e artesanais locais.

Então, em setembro de 2011, no espaço da Casa da Transição, começa a distribuição de alguns produtos de agricultores/as próximos aos grupos de agroecologia, comercializando entre os integrantes dos grupos de agroecologia que também produziam e comercializavam alguns produtos ecológicos, professores e demais envolvidos nas feiras de trocas realizadas.

E assim a ideia da “rede”, como ficou sendo chamada, inicialmente, começa a se desenvolver como uma possibilidade de comercialização de produtos da agricultura familiar em transição agroecológica da região, e também, como uma alternativa de comercialização de produtos processados, em pequena escala, da população local, bem como incentivando o beneficiamento de produtos pelas famílias agricultoras.

Neste período de funcionamento, pouco mais de um ano, a “rede” tem mostrado seu potencial, ampliando, a cada semana, o número de encomendas, o número de produtos

---

<sup>23</sup> A Feira Livre de Viçosa se configura como espaço de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, pescados, doces, laticínios de agricultores da região, dentre outros produtos, de gênero alimentício e também roupas e acessórios, de comerciantes informais e de produtos agrícolas do CEASA. A feira acontece aos sábados, de 6 às 12 horas, num espaço cedido pela prefeitura próximo ao Colégio Viçosa.

comercializados, e também de fornecedores e consumidores/as conscientes, ou prosumidores, como são chamados, sugerindo a integração dos consumidores e produtores em relações solidárias.

Figura 3 – Distribuição comemorativa de 1 ano de funcionamento da Rede Raízes da Mata



Neste dia os produtores participaram da entrega dos produtos.

Na foto abaixo Seu Dico e seu filho.



Fotos: Arquivo Rede Raízes da Mata

A “rede” ganhou também, um nome: Rede Agroecológica de Prosumidores “Raízes da Mata” consolidando seus princípios e objetivos, buscando se firmar como uma possibilidade de comercialização mais justa e transparente, através da gestão

compartilhada e dos princípios da Economia Solidária. Incentiva o consumo consciente, ou prosumo, como é chamado, na proposta de inserir autonomamente as famílias agricultoras e demais fornecedores no mercado, conquistando cada vez mais espaço para as iniciativas agroecológicas e para a produção local em pequenas escalas.

### **5.3 Enraizando a Agroecologia através dos circuitos curtos de comercialização: A experiência da Rede Raízes da Mata**

A rede oferece a possibilidade de consumo de produtos da agricultura familiar de base agroecológica da região, produtos de empreendimentos solidários, formais e informais, com base no processamento artesanal de alimentos, fortalecendo a comercialização em pequena escala de alimentos processados de origem animal e vegetal, cosméticos, fitoterápicos e produtos de limpeza ecológicos, plantas medicinais, alimentos processados orgânicos e naturais/integrais, artesanatos, entre outros expostos no local durante o período de distribuição dos produtos.

De forma geral, estes produtos se identificam com a proposta agroecológica de produção em bases sustentáveis e do comércio justo, incentivando o consumo de alimentos diversificados, saudáveis e nutritivos, produtos ecológicos, produzidos de forma solidária e em respeito ao meio ambiente.

Os princípios que norteiam o funcionamento da Rede Raízes da Mata são:

- A Agroecologia: como instrumento para promover níveis sustentáveis de produção e consumo, a fim de gerar qualidade de vida, soberania alimentar, respeito à biodiversidade e à saúde dos produtores e consumidores, assim como fortalecer a relação campo-cidade, promovendo o desenvolvimento de tecnologias de baixo impacto e à sustentabilidade dos assentamentos humanos, considerando a diversidade dos territórios e das culturas.
- O Prosumo: indicando a integração de produtores e consumidores em relações solidárias, que visam reafirmar a solidariedade como princípio ético nas relações sociais, promovendo o consumo consciente e a produção responsável.

- A Economia Solidária: visando a promoção de relações econômicas a partir da reorganização solidária das cadeias produtivas locais baseadas na equidade da distribuição dos seus resultados.
- A Gestão compartilhada: objetiva fortalecer a cooperação e a solidariedade do indivíduo com a coletividade e vice-versa, articulando os movimentos parceiros compondo um conjunto de forças sociais promissoras.
- O Ritmo: considerando a velocidade do desenvolvimento que deve respeitar às características e ritmo da produção agroecológica, da economia solidária e das iniciativas de gestão compartilhadas.
- A Transparência: busca modelos virais que possam ser facilmente copiados e multiplicados com total transparência nas ações, compartilhando ideias e recursos (RAÍZES DA MATA, 2012).

O funcionamento da rede dá-se a partir de uma planilha de encomendas com as ofertas da semana (anexo 1) que circula virtualmente, a partir do cadastramento do e-mail do interessado em consumir produtos agroecológicos e locais. Este deve também assinar um termo de compromisso (anexo 2) para se tornar um prosumidor da Rede Raízes da Mata e arcar com o pagamento do pedido realizado, mesmo em caso de não buscar os produtos na sexta-feira, para evitar prejuízos aos fornecedores.

A planilha com as ofertas semanais são enviadas na segunda-feira para os cadastrados, que devem preenchê-la com seus dados, e a quantidade dos produtos desejados, enviando esta por e-mail novamente no prazo máximo de quarta-feira, às 12 horas, para que se inicie o fechamento dos pedidos, pela equipe responsável, e repasse aos fornecedores, das quantidades necessárias, representando a “venda certa” para o produtor, sem prejuízos. Alguns fornecedores, no entanto, optam por levar produtos “a mais” que ficam expostos para a venda no local no dia da distribuição.

Na sexta-feira, pela manhã, os fornecedores levam seus produtos à rede, onde uma equipe fica encarregada de conferir os produtos, embalar e pesar, montando os pedidos para distribuição que acontece a partir das 15 horas, no espaço da Casa da Transição.

Juntamente com a planilha de encomendas veiculam-se receitas culinárias, entre outras informações na temática da Agroecologia. Há a intenção de consolidar essa proposta inserindo atividades, contribuições e agenda do movimento agroecológico da região.

Atualmente, a Rede Raízes da Mata, tem como parceiros e fornecedores dos produtos, agricultores e agricultoras familiares da região de Viçosa que fizeram a opção

pela diversificação produtiva de suas propriedades, pela redução de insumos externos, pela não utilização de agrotóxicos, estabelecendo relações mais harmoniosas com o meio ambiente, passando por um processo de transição agroecológica das unidades produtivas. Entre eles estão famílias da zona rural de Viçosa, e municípios vizinhos – Ervália, Coimbra, Araponga - além de famílias do assentamento “Olga Benário”, do município de Visconde do Rio Branco, agricultores e agricultoras do Grupo de Agricultores Familiares de Araponga e São Miguel do Anta, Associação dos Agricultores Familiares de Araponga e também Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Divino e Orizânia/COOFELIZ.

Os produtos processados além de serem fornecidos por algumas destas famílias de agricultores, são provenientes da produção caseira da população urbana de Viçosa e também de um número significativo de estudantes, entre eles integrantes dos grupos de agroecologia.

Figura 4 – Produtos comercializados na Rede Raízes da Mata



Fotos: Arquivo Rede

Os produtos comercializados variam conforme disponibilidade dos fornecedores, adequando-se a sazonalidade das culturas agrícolas, favorecendo a diversificação produtiva das unidades familiares. Além disso, tem estimulado o processamento de produtos de forma artesanal como temperos, queijos, doces, bolos, tortas, congelados, pães diversos,

permitindo assim, a agregação de valor dos produtos pelas famílias agricultoras e também pela população urbana local, que também vem se consolidando como fornecedora de produtos para a rede.

A Rede é operacionalizada por estudantes dos grupos de agroecologia, e da ITCP, contando com recursos e bolsistas dos projetos e programas de extensão universitária parceiros – Projeto (Agro)Ecologia de Saberes, Programa TEIA e ITCP. Os produtores repassam 10% do total de suas vendas pra o caixa coletivo, destinado à manutenção e funcionamento da Rede.

Os prosumidores são incentivados a se relacionar com a produção de forma ativa, tomando conhecimento da produção dos alimentos que adquirem, colaborando com o funcionamento e distribuição dos produtos da rede, além da motivação à participação nas atividades de intercâmbios, que visam à certificação participativa dos produtos comercializados, através da visita às propriedades.

A certificação participativa é uma proposta de certificação diferente da certificação por auditoria, já realizada por algumas redes de consumo consciente como a Rede Ecovida, que se baseia num sistema solidário de geração de credibilidade que garante a qualidade do produto através de normas e regras construídas coletivamente pelos atores envolvidos<sup>24</sup> (ECOVIDA, 2012).

Os intercâmbios<sup>25</sup> de tal forma, contando com a participação de produtores e consumidores, consistem em uma estratégia metodológica que visa motivar, através de uma dinâmica de visitas às propriedades, o diálogo entre agricultores, proporcionando a troca de conhecimentos e práticas agroecológicas utilizadas na propriedade. Além de permitirem o contato entre consumidores e produtores criando laços de reciprocidade entre estes, possibilitam que estes certifiquem a forma de produção e a qualidade do produto.

Até o momento, foram realizados intercâmbios em duas propriedades de fornecedores da Rede – na propriedade de Seu Jésus e Dona Teresinha e de Dona Sônia e Seu Mauro - havendo um planejamento para dar continuidade a estes intercâmbios, realizando-os trimestralmente. As experiências dos intercâmbios são relatadas através da

---

<sup>24</sup> Ver <http://www.ecovida.org.br/category/a-rede/certificacao/>

<sup>25</sup> Metodologia utilizada desde 2008 pelo CTA-ZM, na construção coletiva dos conhecimentos agroecológicos, unindo conhecimento popular e acadêmico de forma horizontal, inspirada no movimento agroecológico Camponês a Camponês de Cuba.



produção, em parceria com o CTA-ZM, de um material informativo denominado “Nossa Roça”.

Figura 5 – Intercâmbio realizado na propriedade de Seu Jéssus e Dona Teresinha



Abaixo os produtos fornecidos por Seu Jéssus e D. Teresinha para Rede Raízes da Mata



Fotos: Arquivo Rede Raízes da Mata

Atualmente a rede conta com aproximadamente 25 fornecedores de Viçosa e região, entre eles associações/cooperativas, grupos de agricultores, famílias assentadas pela reforma agrária, grupos de agroecologia, famílias e estudantes, com projeto de ampliar ainda mais o número de parceiros envolvidos. Nesse sentido existe a proposta de

levantamento de possíveis fornecedores na região, em parceria com o CTA-ZM, bem como a articulação com produtores através da EMATER, visando ampliar a oferta de produtos para assim, também, ampliar o número de prosumidores, envolvendo de forma mais efetiva a população de Viçosa, possibilitando também a comercialização dos produtos em pontos móveis de venda na cidade.

Quadro 2 – Fornecedores da Rede Raízes da Mata

FORNECEDOR	LOCAL	PRODUTOS COMERCIALIZADOS
Assentamento Olga Benário - MST	Visconde do Rio Branco	Produtos Agroecológicos - hortifrutigranjeiros e beneficiados artesanalmente (pães, bolos, queijos, manteiga, etc.)
Jésus e Tereza	Fundão - Viçosa	Produtos Agroecológicos - hortifrutigranjeiros
Jean	Ervália	Produtos Agroecológicos - hortifruti
Dico	Palmital - Viçosa	Produtos Agroecológicos - hortifrutigranjeiros e beneficiados artesanalmente (fubá, ricota, tomate seco, cachaça, etc.)
Vivenda dos Alecrins	Coimbra	Produtos Agroecológicos - hortifruti
Sônia	Palmital - Viçosa	Produtos Agroecológicos - hortifruti e beneficiados artesanalmente (temperos, café, farinha de milho torrada, etc.)
Associação de Agricultores Familiares de Araponga	Araponga	Produtos Agroecológicos - hortifruti e beneficiados artesanalmente (café, polvilho)
Grupo de agricultores familiares de Araponga e São Miguel do Anta	Araponga e São Miguel do Anta	Café Agroecológico
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Divino e Orizânia	Divino e Orizânia	Produtos Agroecológicos - (feijão, café, canjiquinha, rapadura, doces, etc.)
SAUÍPE	Grupo de Agroecologia UFV	Produtos de limpeza e cosméticos ecológicos
Celícias!	Viçosa	Chás, pães, tortas e biscoitos sem glúten
Cozinha Luciana	Viçosa	Cozinha natural vegetariana e vegana
Efigênia	Viçosa	Pães integrais
Rui Rios	Viçosa	Pães e produtos veganos

Foram escolhidos para a tabela fornecedores que comercializam um maior número de produtos, mas atualmente a Rede Raízes da Mata conta com aproximadamente 25 fornecedores.

Ocasionalmente os produtos da Rede Raízes da Mata são comercializados em eventos parceiros como a Troca de Saberes<sup>26</sup> e a 5ª agroecológica, organizada pelo Mutirão Ciranda, propiciando maior visibilidade à Rede.

Segundo estudantes entrevistadas a rede está expandindo cada vez mais, hoje já conta com mais de duzentos endereços cadastrados de prosumidores, sendo estes, principalmente estudantes e professores da UFV, atendendo uma média de 50 pedidos semanais, com um balanço financeiro bem superior ao inicial, beneficiando aproximadamente 600 pessoas.

Para que se efetive a proposta de distribuição itinerante, e ampliação do número de parceiros e população beneficiada, está sendo prevista a compra de equipamentos de infraestrutura necessários, através dos recursos dos projetos e programas que envolvem as atividades da Rede, bem como da mobilização de novas possibilidades de recursos e parcerias.

Estes recursos tem como objetivo otimizar a gestão administrativa e aprimorar a estrutura física da Rede, melhorar a qualidade dos produtos comercializados, por meio de oficinas de boas práticas, armazenamento, produção e manejo agroecológico, assim oficinas como de custos de produção com os fornecedores. Outra proposta é criar e confeccionar rótulos e etiquetas para identificar os produtos e divulgar a Rede Raízes da Mata. Quanto à divulgação existe a possibilidade da realização de um vídeo sobre a experiência da Rede, assim como ampliar a divulgação pela internet e rádio, além da confecção de cartilhas, folders, banners, entre outros.

Em novembro de 2012 o prêmio Santander Universidade Solidária, reconheceu e premiou a experiência da Rede Raízes da Mata, no entanto a viabilização do projeto submetido a partir dos recursos do prêmio não foi aprovada pela equipe, devido à exigência de remodelação do projeto pela instituição. Na visão da equipe da Rede esta remodelação descaracterizaria a proposta da Rede indo contra seus princípios.

A questão operacional das encomendas, que envolve o processo de articulação com fornecedores e consumidores, organização e separação pelas planilhas virtuais de encomendas dos produtos, tem sido o grande desafio para o bom funcionamento da rede e

---

<sup>26</sup> *Estratégia pedagógica de extensão universitária que tem acontecido durante a Semana do Fazendeiro (evento anual de extensão universitária que reúne agricultores e profissionais da agricultura de todo o Brasil) tendo como objetivo a socialização das pesquisas produzidas na universidade com agricultores da região e movimentos sociais, ampliando a concepção de interdisciplinaridade junto aos pesquisadores, grupos de agroecologia e comunidade acadêmica em geral, de forma a ampliar o diálogo entre os grupos e núcleos de pesquisas junto à comunidade, assim como a presença e apropriação do espaço acadêmico pelas comunidades e pelo movimento da agroecologia (VILLAR et al., 2011 apud MIRANDA et al., 2013).*

possível ampliação. Nesse sentido, cogita-se a compra de um software que viabilize a compra virtual e organização dos estoques. Há também a necessidade de disponibilização de um veículo para transporte dos produtos, nesse sentido existe a proposta de revitalização de uma Kombi doada à rede.

Além do desafio de ampliação da Rede, a fim de gerar maior estabilidade aos fornecedores quanto à comercialização de seus produtos, e também promover maior visibilidade ao movimento agroecológico na UFV, no município de Viçosa, e na região, envolvendo mais pessoas na proposta, há a dificuldade quanto à sensibilização dos produtores na construção participativa da Rede, configurando-se como meta o envolvimento destes nas entregas e funcionamento da Rede.

Com o objetivo de conhecer os sujeitos envolvidos na experiência da Rede Raízes da Mata, bem como aprofundar as discussões acerca da realidade da agricultura familiar agroecológica na região, iremos apresentar algumas considerações a partir da visita realizada à propriedade de Dona Sônia e Seu Mauro, um dos intercâmbios realizados até o momento pela Rede.

#### **5.4 A família de Dona Sônia e Seu Mauro: Atores na construção da agroecologia na Zona da Mata mineira**

Os intercâmbios tem como proposta o conhecimento da propriedade pelos prosumidores, no intuito de realizar uma certificação participativa “ao olho do consumidor”, na qual o próprio consumidor certifica a origem, os meios de produção e a qualidade dos produtos. São espaços potenciais de aprendizagem coletiva, troca de experiências entre os agricultores e diálogo entre saberes científico e popular, essenciais à construção do conhecimento agroecológico.

O momento de visita às propriedades viabiliza o contato e maior aproximação dos agricultores e agricultoras, permite o intercâmbio de técnicas produtivas e manejo agroecológico, possibilitando também a maior articulação para possíveis parcerias entre eles.

A atividade de intercâmbio na propriedade da família de Dona Sônia e Seu Mauro foi realizada juntamente com uma das oficinas de preparação do EIV Regional<sup>27</sup> contando com a participação de estudantes e professores da UFV, técnicos do CTA-ZM, prosumidores, agricultores, agricultoras e equipe da Rede Raízes da Mata, além da família de Dona Sônia e Seu Mauro, filhos e netos, somando aproximadamente 70 pessoas, numa manhã de muito sol, muito aprendizado e muita emoção!

Figura 6 – Intercâmbio realizado na propriedade da família de Dona Sônia e Seu Mauro



Dona Sônia contando aos participantes a história da família e da propriedade.

Foto: Nina Zamagno Pinheiro/Arquivo Rede Raízes da Mata

A propriedade, de aproximadamente nove hectares, está situada nas proximidades da área urbana de Viçosa, no Palmital, uma comunidade rural do município que devido à proximidade já tem seu povoamento adensado, com unidades familiares de produção, algumas chácaras e casas alugadas para festas, fins de semana e para moradia de estudantes.

A atual realidade da comunidade do Palmital é de conflito entre moradores e a Ferrous Resources, uma empresa de capital norte americano, inglês e australiano, que pretende implantar um duto de condução para minério de ferro que atravessará a região do

---

<sup>27</sup> Estágio Interdisciplinar de Vivência, que permite a vivência de estudantes, na realidade de famílias de agricultores familiares ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da região.

Palmital, além de 22 municípios dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.<sup>28</sup> A obra afetará várias nascentes e cursos d'água do Ribeirão São Bartolomeu, que é responsável por cerca de 60% do abastecimento do município de Viçosa e ainda, 100% do abastecimento da UFV (AGB – Seção local Viçosa, 2012).

A propriedade da família não está localizada na “faixa de servidão”<sup>29</sup>, áreas que devem ser desapropriadas para início das obras do mineroduto, mas assim como a população de Viçosa que já sofre racionamentos no abastecimento, a propriedade da família também terá prejuízos pela provável escassez de água causada pelos danos aos cursos d'água e nascentes do Ribeirão, entre outros danos ambientais e desvalorização da propriedade. Este conflito, nos mostra o cenário atual de disputas por recursos como terra e água, que marcam a pressão exercida pelo capital das grandes empresas sobre as pequenas propriedades de base familiar.

A realidade do Palmital ainda se torna mais complexa, pois, como conta Dona Sônia, a maioria de seus vizinhos já trabalha na cidade. “Agricultura aqui é pouco, quem planta é só a gente!” (Entrevista Sônia). Referindo-se a um pequeno grupo de agricultores familiares vizinhos. Outro problema é evidenciado na relação com outras propriedades a montante da propriedade da família, que segundo Dona Sônia, utilizam agrotóxicos de forma indiscriminada nos cultivos, havendo riscos de contaminação da água na parte baixa, um brejo que faz divisa com a propriedade do vizinho.

O contexto geográfico em que se insere a propriedade visitada evidencia as constantes ameaças e conflitos territoriais, vivenciadas a partir de diferentes formas no manejo das propriedades e dos recursos naturais, bem como caracteriza diferentes e divergentes propostas de desenvolvimento na região.

A propriedade adquirida pela família há sete anos, é trabalhada exclusivamente com a mão de obra familiar, sob os princípios da agroecologia, na proposta de diversificar a produção e ampliar os canais de comercialização. Seus filhos, atualmente conciliam estudos e/ou trabalho assalariado com o trabalho na propriedade, e afirmam que pretendem continuar morando e trabalhando na propriedade no futuro, o que evidencia uma relação positiva de identificação e valorização destes com a atividade exercida pela família e pela terra/propriedade.

---

<sup>28</sup> *O mineroduto faz parte de um mega complexo industrial e logístico da empresa.(AGB - Seção local Viçosa-MG, 2012).*

<sup>29</sup> *Área de 100 metros de cada lado do duto.*

Figura 7 – Conhecendo a propriedade da família



Dona Sônia à frente mostra aos participantes a propriedade.

Foto: Nina Zamagno Pinheiro/Arquivo Rede Raízes da Mata

Dona Sônia conta que, desde pequena já trabalhava na roça com seu pai, e por tal motivo não pode dar continuidade aos seus estudos, ela afirma que sempre gostou muito de estudar, embora a mãe não apoiasse, muitas vezes fazendo-o escondido. Conta também que nesta época, embora todos trabalhassem pesado, nunca passaram fome, pois havia fartura de alimentos produzidos na propriedade, e não precisavam comprar nada, senão querosene e sal. O fato relatado nos permite inferir quanto à diversificação da unidade produtiva da maioria das pequenas propriedades de base familiar, antes do contexto de modernização evidenciado no campo brasileiro.

Depois de casar com Seu Mauro, Dona Sônia, vai morar na propriedade do sogro, na zona rural de Araçuaia, trabalhando como meeira na plantação de café, e é lá que ela começa a ter contato com as organizações dos trabalhadores rurais e com o CTA-ZM, onde começa seu contato com a Agroecologia. Sempre presente em movimentos e organizações sociais e sindicais dos agricultores, exercendo o cargo de diretora no setor de acesso a Políticas Públicas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa, ela afirma que aprende muito nestas organizações sociais. Para Dona Sônia, há a necessidade de um maior contato e parceria entre a UFV e os agricultores e agricultoras da região, a fim de desenvolver trabalhos que gerem processos de emancipação e fortalecimento da agricultura

familiar, permitindo que novas formas de fazer agricultura sejam visualizadas e colocadas em prática por um número maior de agricultores da região.

Atualmente, comercializa sua produção em duas creches de Viçosa por meio do PNAE, e na Rede Raízes da Mata, onde é incentivada a comercializar também, produtos processados artesanalmente pela família, como farinha torrada, temperos, café moído e torrado por ela mesma, entre outros. A família tem a proposta de dar início a comercialização de seus produtos na Feira Livre de Viçosa.

A ideia de comercializar seus produtos na Rede veio de um dos estudantes vizinhos à sua propriedade, prosumidor da rede, e também por meio de Seu Dico, agricultor vizinho que já era um fornecedor da Rede. Um dos maiores entraves para as entregas é a ausência de um veículo para transporte dos produtos, no caso da Rede, os produtos são entregues pelo vizinho, Seu Dico.

Além desses canais, há a comercialização da produção bruta do café, que ainda se dá por atravessadores, mas, Dona Sônia afirma que não vale a pena, pois misturam seu café de boa qualidade, plantado em consórcio com outras espécies e sem a utilização de agrotóxicos, com outros de pior qualidade, que utilizam agrotóxicos, conseguindo um preço bem inferior na venda, além de não valorizar o processo cuidadoso de sua produção.

Há uma insatisfação com a comercialização do café, que em sua propriedade é a cultura que demanda mais investimentos financeiros, sendo a única que ainda utiliza adubos químicos, tal fato é evidenciado na fala de Dona Sônia: “Se pudesse, largava o café”, mas segundo ela é preciso quitar “as dívidas do café”, financiamento adquirido através do PRONAF.

Além de envolver-se em organizações sindicais de agricultores/as, trabalhar no manejo de sua propriedade, Dona Sônia, diz que sempre conciliou essas tarefas com o trabalho de casa e o cuidado de seus sete filhos, hoje como parceira e fornecedora da Rede, tem o incremento da renda familiar, agregando valor a produtos da propriedade através do beneficiamento destes pela mão de obra familiar, além da comercialização de produtos que antes não tinham valor no mercado.

Nas horas vagas, Dona Sônia ainda confecciona peças íntimas num quarto de costura montado na propriedade, estes também comercializados na Rede. A diversidade de trabalhos desempenhados por ela é motivo para graça quando os participantes do intercâmbio a apelidam de “Super Sônia”.



Segundo Dona Sônia a rede oferece uma boa possibilidade de venda dos produtos da agricultura familiar, pois “na rede o produto tem valor”, diferentemente de outros canais de comercialização, que segundo ela não valorizam os produtos sem agrotóxico. Além disso, afirma que “agora tem mercado” para seus produtos: produtos diversificados, livres de agrotóxico, e que, muitas vezes, “não consegue dar conta da demanda”.

Dessa forma, a família é incentivada a ter um maior controle dos gastos e dinheiro que entra na propriedade, observando que alguns produtos tem maior valor agregado e muitas vezes demandam menos investimentos e até mesmo mão de obra.

Para além da valorização da experiência agroecológica da família e da possibilidade de melhores preços na venda dos produtos, é possível identificar na fala de Dona Sônia um carinho especial ao falar da relação de parceria desenvolvida com a equipe da rede e demais envolvidos, que incentivam a família a dar continuidade aos trabalhos em sua propriedade sob os princípios da agroecologia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2010, p.141).*

Num cenário mundial marcado por crises, desigualdades e ameaças de escassez dos recursos naturais, é necessário analisar criticamente o discurso desenvolvimentista, bem como o papel da ciência, que tem privilegiado uma hegemonia detentora de capital e das técnicas, responsável pela pilhagem dos recursos naturais e perda de soberania cultural, política e econômica do país e de sua população. É preciso nos manter atentos aos discursos e ideologias criados que legitimam esse poder, criando “verdades incontestáveis”, ou mesmo modelando-se conforme o momento, como atualmente ocorre com algumas perspectivas de desenvolvimento sustentável.

No Brasil o modelo de desenvolvimento conservador e excludente tem prevalecido, evidenciado pela desmedida concentração de renda e de terra. As grandes empresas agrícolas pressionam cada vez mais as pequenas propriedades familiares, indígenas, quilombolas e populações tradicionais, por recursos naturais. A produção em grande escala e a imposição de uma cultura dominada pelos impérios agroalimentares geram graves problemas ambientais, sociais e econômicos, afetando diretamente a riqueza e diversidade cultural do nosso país.

Romper com esse paradigma é fundamental para uma sociedade mais justa. À medida que as mazelas sociais se multiplicam nos lugares e fazem crescer a insatisfação com o modelo econômico globalitário, são gestadas possibilidades de uma nova realidade, que para autores como Santos (2010), configuram uma transição em marcha. A ciência é arma poderosa nesse embate entre discursos antagônicos de desenvolvimento dispendendo de instrumentos eficazes, que podem contribuir para a inovação na forma de entender e de realizar processos e ações que efetivem esse outro desenvolvimento a partir de um novo discurso.

Estas transformações implicam um novo “olhar” sobre os processos de desenvolvimento, criando até mesmo a necessidade de uma resignificação do conceito. Acredita-se de tal modo, na necessidade de conceber o desenvolvimento como um

processo pedagógico voltado ao protagonismo comunitário e ação coletiva, para que esse processo gere realmente, autonomia e emancipação dos sujeitos envolvidos.

As propostas por um desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões – ambiental, cultural, política, social, econômica – apontam para novos paradigmas de produção e consumo, estruturando sistemas descentralizados e sustentáveis, com base na agricultura familiar e nos princípios da agroecologia.

O fomento a agricultura familiar em bases agroecológicas traz a possibilidade de recuperar o significado das práticas de produção alimentar, promovendo sistemas sustentáveis e descentralizados de produção e processamento de alimentos. Permitem, ainda, recuperar culturas alimentares locais, preservando os recursos naturais e a sociobiodiversidade, garantindo segurança e soberania alimentar, inclusive no âmbito da diversificação produtiva e de alimentos de qualidade para o autoconsumo das famílias agricultoras. Importante salientar, entretanto, que a democratização do acesso a terra e a políticas públicas com igualdade de oportunidade e exercício pleno da cidadania é fator determinante para estas conquistas.

Diante de uma alimentação cada vez mais padronizada, com o consumo cada vez maior de alimentos industrializados e artificializados, produzidos em massa e incentivados pela publicidade, a garantia ao acesso da população à alimentação adequada e saudável representa um desafio à agroecologia e à agricultura familiar.

No que se refere ao desenvolvimento de estratégias para enfrentar o domínio das grandes corporações agroindustriais, a organização de redes locais de consumo consciente tem se mostrado como espaço econômico fecundo voltado a melhoria das condições de acesso aos mercados e inserção autônoma dos agricultores familiares agroecológicos. Revitalizando os circuitos curtos de comercialização, estas iniciativas buscam integrar sistemas de produção agroecológica a uma demanda, integrando produtores e consumidores.

Propondo a realocação dos sistemas agroalimentares, a fim de dinamizar a economia dos territórios e fortalecer os atores locais, estas redes pautam-se nos princípios da economia solidária, do comércio justo, favorecendo a organização e inclusão sócio-produtiva por meio da adoção de princípios e práticas de gestão social e aprendizagem coletiva.

Aproximar produtores e consumidores, revigorar as economias locais, estimular a diversificação da produção, valorizar as culturas alimentares e impulsionar a participação

social e a organização popular é a proposta dos circuitos curtos de produção e consumo, que se opõem à lógica dos circuitos longos dominados pelas transnacionais, grandes empresas do agronegócio e grandes redes de supermercado, que pensam os territórios apenas como fonte de recursos, pauperizando-os.

No entanto, o consumo também deve ser repensado. É preciso rever nossos hábitos, e ver o consumo como um ato político, que potencializa uma transformação organizacional e produtiva dos sistemas agroalimentares. As experiências de redes de consumo consciente nos mostram a importância dos consumidores em apoiar estas iniciativas, sentindo-se mobilizados a participar das atividades realizadas e a contribuir no processo de aprendizagem.

Através da experiência da Rede Raízes da Mata, buscou-se apontar elementos que demonstrassem a viabilidade e potencial dos circuitos curtos de comercialização para inserção da agricultura familiar em processo de transição agroecológica de forma autônoma nos mercados.

Acredita-se que a organização de redes de consumo consciente, sob a lógica dos circuitos curtos, como a Rede Raízes da Mata, são estratégias eficientes para conectar a produção agroecológica a uma demanda diversificada, fortalecendo as iniciativas agroecológicas na região, propondo novas formas de organização econômica e social.

Embora ainda recente, em menos de dois anos de funcionamento, a experiência já colhe bons frutos. A Rede cresce a cada distribuição, envolvendo mais fornecedores, prosumidores, e estudantes voluntários nos trabalhos semanais e atividades de intercâmbios, propiciando a troca de conhecimentos, o trabalho em equipe, a aprendizagem coletiva, o contato com famílias agricultoras e suas experiências em agroecologia.

Assegurando a comercialização direta e a venda certa, integrando produtores e consumidores, a Rede Raízes da Mata, tem se mostrado eficiente para o escoamento de produtos agroecológicos e locais, valorizando a sustentabilidade dos processos produtivos e a redução dos impactos socioambientais, evitando a excessiva industrialização e artificialização dos alimentos.

A Rede proporciona a venda certa, sem prejuízos aos fornecedores, criando um canal alternativo de comercialização, possibilitando o incremento da renda familiar, incentivando a diversificação e manejo agroecológico das unidades produtivas, além de estimular a agregação de valor aos produtos primários através do beneficiamento.

A valorização dos territórios como referência para organização de formas de produção, distribuição e consumo de alimentos, encurtam as distâncias percorridas por estes, diminuindo os gastos energéticos neste processo. Permitem a articulação de cadeias produtivas que absorvam a mão de obra local, promovendo maior equidade social e qualidade de vida a população.

A comercialização em pequena escala oportuniza a maior autonomia quanto à negociação dos produtos, estabelece relações de confiança entre consumidores e produtores, facilitando possíveis articulações entre os sujeitos, potencializando a emancipação econômica das famílias agricultoras. Viabilizam ainda a aproximação entre campo e cidade em relações mais harmoniosas.

Os intercâmbios agroecológicos são espaços potenciais de integração, coloca em contato famílias agricultoras, estudantes, técnicos e outros profissionais, propiciando o diálogo de saberes científico e popular, a troca de experiências, a articulação entre teoria e prática. Permitem ainda, através das vistas às propriedades pelos prosumidores, a realização da certificação “ao olho do consumidor”.

Assim como outros exemplos de redes de consumo consciente pelo Brasil, a parceria para a articulação e mobilização dos atores e recursos para estas iniciativas vem se dando através de instituições de ensino, pesquisa e extensão, como a parceria estabelecida entre Rede Raízes da Mata e UFV.

Este vínculo com as universidades tem favorecido a consolidação destas redes, uma vez que favorece a mobilização de recursos financeiros através de projetos e programas universitários, viabilizando o funcionamento nas dependências da instituição e sendo operacionalizados por estudantes bolsistas e voluntários, diminuindo os custos no processo.

No entanto, esse vínculo também gera algumas dificuldades, como quanto ao funcionamento nos períodos de férias, por gerar uma certa dependência de recursos institucionais e por falta de mobilização dos próprios agricultores e agricultoras no maior envolvimento com a operacionalização da rede.

Por outro lado, nos revela a possibilidade de unir pesquisa, ensino e extensão, na perspectiva de gerar processos sustentáveis de desenvolvimento, reconhecendo as dimensões social, ambiental, política e cultural.

Este estudo inicial trouxe elementos que corroboram a sustentabilidade cultural, social, ambiental, econômica e política da organização do território a partir dos circuitos curtos de produção e comercialização, pautados no modo de produção da Agricultura

Familiar e sob os princípios da Agroecologia. Estas experiências de gestação do novo, emergem aqui e ali, evidenciando novas propostas de desenvolvimento, e trazendo consigo novas possibilidades de organização da sociedade e da economia.

Considera-se que estas redes de consumo consciente, apresentam-se como uma alternativa eficaz, para o fortalecimento da autonomia das famílias agricultoras em processo de transição agroecológica, no âmbito dos mercados. Com capacidade de disponibilizar a população local produtos saudáveis e a preços acessíveis, estas redes trazem novos significados ao consumo e as relações comerciais, agregando dimensões políticas, culturais, sociais. Algumas questões, entretanto, necessitarão de um tempo maior e de estudos mais específicos para serem respondidas.

Acredita-se que experiências como a da Rede Raízes da Mata possa servir de exemplo e motivação para novas experimentações no campo dos circuitos curtos de comercialização e propostas de desenvolvimento local sustentável, articulando sujeitos e ideias para o surgimento de outras redes. De tal modo, este estudo, também se propõem a incentivar a realização de outros trabalhos que envolvam a experiência da Rede Raízes da Mata e a viabilidade dos circuitos curtos de comercialização.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 11, n.2, 1997. p.73-78, abr/jun. Disponível em:

<[http://abramovay.pro.br/artigos\\_cientificos/1997/Agricultura\\_familiar.pdf](http://abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf)> acesso em: 30/04/2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 4ª ed. Disponível em:

[http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia\\_short-port.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_short-port.pdf), acesso em: 13/04/2013.

ARAÚJO, Leandro Gonsales da Costa. **Sistemas Agroflorestais: Alternativas práticas e reflexões para uma agricultura ecológica na zona da mata mineira**. 2012. 59f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – Seção Local Viçosa. **Relatório sobre os Impactos Socioambientais do Mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa, MG**.

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, agosto/2012. Disponível em:<

[http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio\\_AGB\\_ferrous.pdf](http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf) > acesso em: 08/04/2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2012. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/plenarias/plenarias-de-2012/reuniao-dos-dias-22-e-23-de-maio/politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica> >acesso em: 27/03/2013.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Desafios do desenvolvimento**. História – Rio-92. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23)> acesso em 26/03/2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portal da Agricultura Familiar** – Programas. Disponíveis em:< <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/>> acesso em 17/03/2013.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato; Territórios, desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar. In.: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.23-110.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. **I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. dez./2002.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Diagnóstico dos empreendimentos de economia solidária em Araponga, Divino e Espera Feliz**. Viçosa, MG, abril/2009. Disponível em:

<[http://www.ctazm.org.br/arquivos\\_internos/publicacoes/DiagnosticodosEmpreendimentosdeEconomiaSolidariadeAraongaDivinoeEsperaFeliz2009.pdf](http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/DiagnosticodosEmpreendimentosdeEconomiaSolidariadeAraongaDivinoeEsperaFeliz2009.pdf)> acesso em: 03/04/2013.

\_\_\_\_\_. **O CTA – histórico/região onde atua**. Disponíveis em:  
<<http://www.ctazm.org.br/>> acesso em 02/04/2012.

DULLEY, Richard Domingues. Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica, ou ecológica? **Informações econômicas** - São Paulo; v.33, n.10, out. 2003. p.96 – 99. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/seto3-1003.pdf> acesso em: 19/04/2013.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Agricultura familiar camponesa, Agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

GRISA, Cátia; SCHMITT Cláudia Job; MATTEI, Lauro Franscico; MALUF, Renato Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. In.: PETERSEN, Paulo (org.) Relocalizando os Sistemas Agroalimentares. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia – Leisa Brasil**, vol.8, n.3, set./2011. p.34-41.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: Provocações e questões sobre Desenvolvimento e Geografia. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros, SUZUKI, Júlio César. (orgs.) **Geografia Agrária – teoria e poder**. Expressão Popular. 2007. p.39-53.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In.: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. PPGeo/UFF, 3ª ed., 2007. p.17-38.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE** - Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004. p. 299-322.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas** - v. 1, set./ 2004. p. 11 – 14. Disponível em:  
<<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/seguranca-alimentar/soberania-alimentar-agroecologia-e-mercados-locais>> acesso em 20/04/2012.

\_\_\_\_\_. Sistemas agroalimentares: humanizar é possível. In.: PETERSEN, Paulo (org.) Relocalizando os Sistemas Agroalimentares. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia – Leisa Brasil**, vol.8, n.3, set./2011. p.9-11.



MEDEIROS, Monique e MARQUES, Flávia Charão. Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul. In.: PETERSEN, Paulo (org.) Relocalizando os Sistemas Agroalimentares. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia** – Leisa Brasil, vol.8, n.3, set./2011. p.17-21.

MIRANDA, E. L. *et al.* Troca de Saberes: Novos Enfoques Metodológicos na construção do conhecimento Agroecológico na zona da mata mineira. **I Seminário Internacional de Educação do campo e I Seminário Regional da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns – “I SIFEDOC”**. Nov./2012. p.1-15. Disponível em: <<http://www.vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2003/%C3%89lida%20Lopes%20Miranda.pdf>> acesso em: 22/02/2013.

NETTO Marcos Mergarejo e DINIZ, Alexandre M. A. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **RA’E GA, O Espaço Geográfico em Análise**. vol.12, 2006. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/4811>> acesso em: 24/02/2013.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros, SUZUKI, Júlio César. (orgs.) Geografia Agrária – teoria e poder. Expressão Popular. 2007. p.19-37

PETERSEN, Paulo (org.) **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

\_\_\_\_\_ (org.) Relocalizando os Sistemas Agroalimentares. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia** – Leisa Brasil, vol.8, n.3, set./2011.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Fábio Kessler Dal; CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In.: PETERSEN, Paulo. (org.) **Agricultura familiar na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.85-103.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas, MS, v.1, n.3, ano 3, maio/2006. p.5-26.

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3ª ed., 2012.

RAÍZES DA MATA. Raízes da Mata: Integrando Produtores e Consumidores por meio da Rede Agroecológica de prosumidores. Projeto enviado ao Prêmio Santander Universidades Solidárias. Set./2012

RAÍZES DA MATA: Integrando Produtores e Consumidores por meio da Rede Agroecológica de prosumidores. Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP. 5ª ed., 2ª reimpr., 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHMITT, Cláudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. In.: PETERSEN, Paulo (org.) Relocalizando os Sistemas Agroalimentares. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia – Leisa Brasil**, vol.8, n.3, set./2011. p.4-8.

SILVA, Márcio Gomes da. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz, MG**. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, outubro/1996. Disponível em: < [www.mda.gov.br/o/899445](http://www.mda.gov.br/o/899445) > acesso em 08/04/2013.

\_\_\_\_\_. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In.: PETERSEN, Paulo. (org.) **Agricultura familiar na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.33-45.

WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.